

A classe operária tem dois sexos

Trabalho, dominação e resistência

2ª Edição

As operárias, o sindicato e o discurso sociológico*

Uma classe, um sexo

As limitações da produção sociológica brasileira sobre a condição operária feminina são indiscutíveis. Afinal, nada mais fazemos do que reproduzir uma tendência do discurso sociológico em tratar sempre de operários ou da classe operária sem fazer referência ao sexo dos atores sociais (Kergoat, 1978).

Para que essa tendência fosse abalada não foi suficiente o crescimento da força de trabalho feminina nem da sindicalização das operárias brasileiras. Foi, isto sim, necessário que um movimento social saísse às ruas e sacudisse as veneráveis estruturas da produção sociológica para que a variável sexo fosse incorporada em pesquisas e análises.

A relação entre o discurso feminista dos anos 1970, e o discurso sindical da época foi tema de outro trabalho (Souza-Lobo *et al.* 1983). Observamos que a emergência da problemática da condição operária feminina se articulava, ainda que negando todo conteúdo feminista, com os temas e as lutas levadas pelas mulheres dos grupos e jornais feministas, dos clubes de mães, movimentos de bairro, movimento pela Anistia. Não se trata de uma relação mecânica de causa e efeito, mas de uma articulação que foi impossível na medida em que as estratégias do novo sindicalismo im-

* Redigido em colaboração com Elisabeth Higgs e apresentado originalmente no GT "Mulher na força de trabalho" do VII Encontro da ANPOCS, 1983.

plicavam a mobilização dos grupos operários tradicionalmente afastados dos sindicatos. Assim, em São Bernardo, a ameaça de modificação na legislação sobre o trabalho noturno das operárias desencadeou um processo de discussão com as operárias que culminou com o I Congresso das Trabalhadoras Metalúrgicas em 1978, logo seguido por outros congressos organizados pelos sindicatos de categorias onde a força de trabalho feminina tem participação importante (Moysés, 1982).

Esboçou-se nesse período a possibilidade de que se abrisse no movimento operário e sindical um espaço para a discussão da condição e das práticas das operárias, de suas reivindicações e das modalidades que assume a divisão sexual do trabalho na fábrica. No entanto, esse espaço permaneceu formal, restrito ao sindicato, limitado no tempo. Também foi limitada a integração das reivindicações das operárias nas pautas levadas à negociação (Leite, 1982).

A abertura desse espaço permitiu apenas vislumbrar o desenvolvimento de um feminismo operário, articulando exploração econômica e dominação sexual, capaz de trazer à tona ou reforçar as reivindicações sufocadas do cotidiano das operárias contra o autoritarismo e a violência sexista, apontado para práticas renovadas que articulassem reivindicações gerais e reivindicações específicas “levando em conta a totalidade das formas sociais assumidas pelas relações de classe” (Ker goat, 1982).

A questão era, e é, tanto mais pertinente na medida em que, de fato, o feminismo no Brasil ultrapassou as fronteiras de classe e decisivamente, ao coincidir no tempo e no espaço com os movimentos populares de mulheres, forneceu-lhes temas como o da violência, da sexualidade, da contracepção, da divisão sexual do trabalho. As conexões entre feminismo e movimentos populares de mulheres são contraditórias e pontuais. Configuram não um movimento policlassista, mas vários movimentos de composição social diferenciada com objetivos imediatos muitas vezes diversos, mas com problemáticas comuns. Estava dada, como na Itália, a possibilidade de um feminismo de massa ou de um feminismo operário (Becalli, 1982).

Dentro desse contexto multiplicam-se os estudos sobre operárias na tradição das pioneiras (Saffioti, Blay, Aguiar).

No entanto, um outro tipo de perversão da produção sociológica se esboça. As operárias passam a ser exclusivamente objeto específico de uma sociologia específica cujos temas e análises não são incorporados aos estudos sobre a classe operária ou o movimento operário, que permanecem exclusivamente masculinos.

Acreditamos que, na raiz dessa resistência em trabalhar a problemática classe/gênero, existem duas ordens de argumentos. De um lado subsiste uma concepção de homogeneidade da classe operária que por sua vez remete a um conceito de classe construído exclusivamente a partir do lugar na produção, como se fosse possível separar relações sociais e relações de produção. Cabe aqui a observação de Danièle Ker goat (1978) sobre a sociologia do trabalho onde “tudo se passa como se o lugar na produção fosse um elemento unificador de tal ordem que fazer parte da classe operária signifique comportamentos e atitudes relativamente unívocos”.

Assim, a classe operária é vista como “personificação do trabalho” em contraposição à burguesia – “personificação do capital”. Sob este enfoque, a luta de classes se torna um reflexo de um conflito objetivo entre forças produtivas e relações de produção e “se escamoteia ao mesmo tempo tanto o papel das classes como o papel dos homens” (Lefort, 1984) e das mulheres, acrescentaríamos.

A homogeneização da classe, consequência de sua construção como elemento estrutural, se traduz numa metodologia de aproximação em que não cabe a abordagem concreta das situações de trabalho e, face ao trabalho e à sociedade, da vida cotidiana e das relações que estabelecem homens e mulheres ao viverem as relações de produção, e experimentar situações determinadas, dentro do conjunto das relações sociais (Thompson, 1979; Lefort, 1979).

Um segundo argumento é oposto às tentativas de aproximação da heterogeneidade da condição operária. Através dele assimila-se heterogeneidade à fragmentação-divisão e utiliza-se o espantinho da divisão da classe para reafirmar a determinação da estrutura produtiva de onde se deduz a classe como sujeito homogêneo.

A relação de exploração que homogeneiza as práticas da classe operária é vista como excludente em vez de se articular com as outras relações sociais (relações de produção).

Esse enfoque acarretou sérias consequências para o estudo do grupo operário feminino, na medida em que a separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo impossibilitava a compreensão da dupla inserção das operárias nas duas esferas, e escondia os elementos para a análise das práticas das operárias; da reprodução na fábrica de relações de gênero traduzidas na hierarquia entre os sexos no que se refere aos postos no processo de trabalho, nas diferenças da qualificação feminina e da qualificação masculina, na assimetria entre o discurso sindical e o discurso das operárias.

Os próprios instrumentos de análise, os conceitos com que trabalhamos, estão calcados em modelos de práticas da classe, leia-se de práticas masculinas, e frequentemente não dão conta das práticas das operárias. Constrói-se assim o que se chamou de invisibilidade das operárias, visíveis apenas como objetos especiais, vistos através de lentes especiais, de aumento, mas sempre invisíveis quando se analisa a classe como um todo.

Para romper com esse enfoque não é suficiente mudar o campo de pesquisa da fábrica para a casa (a família), construindo uma nova relação determinista onde todas as práticas seriam consequência das relações na esfera da reprodução. Trata-se de trabalhar com uma metodologia que integre as relações sociais e seu corolário às práticas sociais (Kergoat, 1982).

Essa postura teórico-metodológica adequada não só para o estudo do grupo operário feminino, mas para a análise dos vários grupos operários, das formas diferenciadas de luta e de combatividade, não explicáveis se nos ativermos à relação causa/efeito traduzida em exploração/reação e aplicada uniformemente.

Quando as práticas das operárias não correspondem ao padrão de reação de classe fixado, recorre-se então às explicações do tipo “natureza feminina”, que significativamente paira aqui fora das relações de classe. “As mulheres não participam do sindicato porque são naturalmente dóceis e submissas”. No entanto, a mesma “docilidade natural” tem se revelado incapaz, através da história, de conter as massas enfurecidas de mulheres famintas que reclamavam pão na Inglaterra do século XIX (Bebb, 1983) ou as nordestinas em 1983, ou ainda as mulheres da periferia de São Paulo em 1983.

Não é a docilidade que faz parte intrínseca da natureza feminina, mas o que é aparentemente natural é que uns se ocupem da fábrica e outras da casa, isto é, que exista uma divisão sexual do trabalho desde sempre articulada às relações sociais e embutida nas práticas sociais.

Em outras palavras, as relações de trabalho são portadoras das relações de gênero (Elson e Pearson, 1981). Isto significa que, se as relações de gênero são evacuadas das análises sobre a classe operária, produz-se uma distorção que aproxima o discurso sociológico da sociologia espontânea. Ambos partem da natural – portanto, invisível e inquestionável – divisão sexual de papéis sociais.

Será possível fazer a crítica dos argumentos que sustentam a “natural assexualidade da classe operária”? É o que tentamos aqui.

As operárias e a classe operária

Durante a década de 1970, os estudos sobre a classe operária privilegiaram aqueles setores que estavam no centro da renovação do movimento operário brasileiro, em particular os metalúrgicos da região da Grande São Paulo.

Poucas pesquisas referem-se às operárias metalúrgicas. Isto porque “o número de operárias diretamente ligadas à produção na indústria automobilística é bem menor do que o dos homens” (Rainho, 1980:273).

Dados do DIEESE (1978) para o período 1970-5 indicam que é o setor automobilístico (incluindo montadoras e empresas de autopeças) o que emprega maior número de operários e operárias do setor: 75% dos homens e 60% das mulheres. A proporção das mulheres com relação aos homens é maior no setor de material elétrico (uma operária para cada quatro homens), no automobilístico esta proporção é de uma para 13, mas sabe-se que é maior a concentração de operárias no setor de autopeças. Ora, como o movimento operário na Grande São Paulo teve como eixo São Bernardo e em particular as grandes montadoras da indústria automobilística (Ford, Mercedes-Benz, Volkswagen, Chrysler e Saab Scania) e como essas empresas empregam poucas mulheres na produção, o argumento se reforça.

É preciso considerar também a pequena participação das operárias nas lideranças do movimento, o que as faz ausentes das pesquisas centradas sobre lideranças operárias ou mesmo estratégias sindicais¹.

No entanto, a condição operária feminina veio à tona através das falas das operárias metalúrgicas de São Bernardo em seu congresso de 1978 (Souza-Lobo *et al.*, 1983; Rainho, 1980; Bargas, 1978). As práticas desenvolvidas pelo sindicalismo autêntico possibilitaram a emergência da condição operária feminina, mas as questões colocadas perderam-se na dinâmica das lutas que se seguiram. O discurso, ao privilegiar as grandes questões políticas e organizativas do movimento, não se deteve sobre a divisão sexual do trabalho na fábrica e suas consequências.

Não só os critérios de representatividade quantitativa ou de representatividade qualitativa (liderança sindical e nos movimentos) excluem as operárias. Mesmo em pesquisas sobre setores tradicionalmente femininos – como na indústria têxtil – e quando o eixo de preocupação é o estudo sobre “as condições de vida e o comportamento operário” (Pereira, 1979), a classe estudada é homogeneizada².

Significativamente, é na discussão sobre trabalho e não trabalho que aparecem mais detidamente as condições de vida das operárias: a dupla jornada de trabalho, o não reconhecimento do trabalho doméstico pelos homens/maridos, o preconceito com relação à mulher que ganha salário. As relações na esfera da produção remetem aqui inevitavelmente às relações na esfera da reprodução. A pesquisa mostra que as operárias permanecem donas de casa e que o trabalho feminino é visto como concorrencial ao trabalho masculino. É considerado como uma intromissão indevida das mulheres numa esfera que não é a sua, ideologia explicitada na história do sindicalismo europeu através da resistência de muitos sindicatos em admitirem mulheres entre seus associados durante o século XIX e mesmo até a Primeira Guerra Mundial (Guilbert, 1966).

Se as operárias não são vistas pelo discurso ideológico, as mulheres aparecem através do discurso dos operários quando estes se referem à casa, à família, à sexualidade, isto é, na interseção entre as relações de trabalho e as relações sociais que constituem também a condição operária.

“Quanto à mulher é preciso que se diga que ela abrange toda a realidade operária” (Rainho, 1980:273). Por isso mesmo mereceram uma nota de rodapé.

Outra fala significativa: “Minha mulher não trabalha fora. Nunca gostei disso, mesmo com minha filha que trabalha na empresa automobilística. Só aceitei que ela trabalhasse lá porque as mulheres trabalham separadas dos homens” (Rodrigues, 1970:26). Pela citação, ficamos sabendo que na empresa pesquisada havia mulheres, mas, infelizmente, elas não aparecem na amostra³.

À sociologia do trabalho caberia interrogar-se sobre os critérios que orientam a divisão sexual do trabalho na fábrica, a divisão entre seções masculinas e seções femininas, tarefas masculinas e tarefas femininas, mencionadas nesse e em outros depoimentos (Pereira, 1979; Frederico, 1979a).

É na pesquisa de Hirata e Humphrey (1983), significativamente sobre emprego industrial feminino, que esta análise se coloca. Observam os pesquisadores que os limites entre tarefas femininas e masculinas podem ser móveis – há tarefas que foram masculinas e se tomaram femininas. Mas “de uma maneira geral, em qualquer fábrica as ocupações são ou inteiramente masculinas ou inteiramente femininas, e nos casos relativamente raros, em que homens e mulheres trabalham lado a lado em tarefas comparáveis, é bastante comum que denominações diferentes sejam dadas aos encargos femininos e aos masculinos” (Hirata e Humphrey, 1983:3). O corolário dessa divisão

sexual de tarefas é a desqualificação das tarefas femininas, o que se refletirá na diferença entre o salário médio masculino e o feminino. O salário das mulheres na indústria é igual ou inferior a 40% do salário médio masculino (Rais, 1979).

Outra pesquisa (Frederico, 1979a) observa que, numa fábrica onde trabalham 164 operários(as), há 61 operárias e todas elas são ajudantes (ou seja, não qualificadas).

A não qualificação do trabalho feminino, os critérios que definem esta (des)qualificação, o atributo de naturalidade aplicado às características exigidas à força de trabalho feminina, por isso mesmo não considerados como qualificação profissional, remetem novamente à divisão sexual do trabalho e à relação entre trabalho doméstico e treinamento informal da força de trabalho feminina. Estes são temas que só têm interesse à sociologia no feminino, à sociologia sobre as operárias. Não se colocam para a maior parte das análises que tomam a classe operária no masculino.

A falsa neutralidade dos conceitos

Se as modalidades de inserção das mulheres na força de trabalho põem em questão conceitos como qualificação, também as práticas reivindicativas das operárias chocam-se contra os modelos através dos quais se analisa o movimento operário.

Trataremos de questionar aqui a forma como se define, em certas pesquisas, a *consciência de classe*.

A pesquisa de Celso Frederico (1979a),⁴ constitui um exemplo significativo. Estuda uma fábrica com 164 operários(as), assim distribuídos(as): 51 operários profissionais (qualificados) – dos quais nenhuma mulher; 27 meio-oficiais (semiquilificados) – também nenhuma mulher; 86 ajudantes (não qualificados) dos quais 61 são mulheres. Foram entrevistados 31 operários sem especificação de sexo. Pelas falas identificáveis, contamos dez operárias entrevistadas. O pesquisador se propõe aqui o estudo da consciência de classe nesta fábrica e trabalha com o conceito de consciência de classe definido por Lukács (1960). Assim, distingue a “consciência psicológica dos proletários individuais”, e a “consciência psicológica dos proletários em seu conjunto” do “sentido tornado consciente da situação histórica da classe” (Frederico, 1979a:27).

Mais além do caráter estrutural e homogêneo dessa definição de consciência de classe, coloca-se a questão de quais os sujeitos “porta-

dores” desta consciência projetada. Para Celso Frederico são os operários avançados que encarnam essa consciência (1979b:171). Ora, o pesquisador observa que “há maior vivência dos problemas da classe entre os operários qualificados. É esta experiência profissional o que faz dos operários qualificados o setor mais avançado e reivindicativo do grupo estudado” (1979a:48). Desde logo, as operárias não serão portadoras dessa consciência de classe cujo desenvolvimento está ligado à situação dentro da fábrica, como o próprio pesquisador reconhece. A consciência de classe dos operários qualificados vem da noção da importância do trabalho que eles fazem, de uma relativa estabilidade – se comparada à instabilidade das(os) ajudantes, do maior poder de barganha que corresponde a essa situação de relativa importância no processo de trabalho. O pesquisador observa, quanto às(aos) ajudantes, que o caráter substituível das tarefas que realizam acentua o *turn-over* e diminui seu poder de barganha. Logo, essa situação deverá repercutir também na sua prática cotidiana.

A conclusão dessa análise será a de que só os operários qualificados possuem consciência de classe e que todos os outros grupos no interior da classe são inconscientes? Como se processará a homogeneização entre inconscientes e conscientes? A única resposta viável seria a de um processo de conscientização que se desse independentemente das situações de heterogeneidade que vive a classe. Em última instância, chegaremos à negação do viver da classe, o que é contraditório com o raciocínio que remete à possibilidade de desenvolvimento da consciência, justamente a situação dos operários qualificados.

Existe uma situação de heterogeneidade nas modalidades de operários e operárias viverem as relações de produção. Isso se traduz em formas de consciência e combatividade distintas. Se ficarmos com o modelo de consciência de classe dos operários qualificados, as operárias serão irremediavelmente relegadas à categoria de inconscientes, ou de portadoras da “falsa consciência”, a menos que se questione a divisão sexual do trabalho na fábrica e na sociedade.

O mais grave é que, ao se deixar de lado a heterogeneidade das experiências de classe provocadas pela divisão sexual do trabalho, aplica-se às práticas das operárias um modelo de explicação “natural”. As operárias são vistas como naturalmente desunidas, porque são por natureza – isto é, porque são mulheres – transitórias na fábrica. Por isso, dificulta-se a “coesão do grupo”, impedindo que as diversas reivindicações se expressem de forma coletiva. Constituem, enfim, um “peso morto” que enfraquece o conjunto da classe (Frederico, 1979a:57-9).

O argumento da transitoriedade oculta a questão da situação concreta das operárias: a instabilidade, o não reconhecimento do seu trabalho, a ausência de perspectiva profissional, elementos fundamentais para compreender a fragmentação do universo das operárias. Mesmo entre os ajudantes, a situação é diferente, na medida em que aos operários é acenada a possibilidade da qualificação, o que concretamente não existe para as operárias da fábrica estudada nem para a maioria das operárias.

Por outro lado, esse mesmo argumento faz emergir a necessidade de articular as relações de trabalho com as relações sociais para se analisar o trabalho feminino. Efetivamente, para as mulheres, o trabalho na fábrica se sobrepõe ao trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo, o que repercute nas suas práticas sociais. Na medida em que se utiliza como instrumento de análise um conceito de consciência como *dever ser* da classe, evidentemente as diferenças nas práticas dos grupos no interior da classe operária, e do grupo feminino em particular, aparecem como perversões e negações. Reforça-se a ideia da homogeneidade ideal da classe e de sua consciência.

Se analisarmos os dados da pesquisa de Celso Frederico num enfoque que dê conta da articulação das relações sociais, as práticas das operárias tomam um outro sentido. Assim, o fato de que o casamento lhes apareça como única saída para fugir à fábrica é também uma estratégia de recusa, individual, mas única, dada a divisão sexual do trabalho.

A própria oposição entre estratégia de resistência individual e coletiva é questionável. Analisando os fenômenos como o absentismo, o uso de tranquilizantes e o alcoolismo entre a classe operária francesa, observa Kergoat (1978:44) que essas práticas “vivas como individuais pelos próprios atores, podem, no entanto, ser analisadas como fenômeno coletivo, uma vez que são exercidas massivamente”. O casamento é para o grupo de mulheres operárias um recurso de resistência a uma situação de trabalho onde nem mesmo a perspectiva de melhoria se coloca, e em que perdura cotidianamente a dificuldade em combinar duas jornadas de trabalho.

O discurso das operárias também questiona a explicação da docilidade natural. À disciplina da fábrica soma-se, no caso das operárias, a violência sexual das chefias. Toda chefia sempre pode ser autoritária – é este o seu papel – inclusive nos casos de chefia feminina. Mas o fato de que exista uma relação de chefia entre um homem e uma mulher implica ainda mais uma subordinação de sexo. Aqui estão alguns exemplos:

Raimundo: “As mulheres são pacíficas, não sei se é a fragilidade. Se um chefe levanta a voz com elas, elas se põem a chorar”.

Olga: “As mulheres têm medo. Na hora de falar com o engenheiro, que é meio estúpido, elas choram.” (Frederico, 1979:59).

Mas às vezes o discurso sociológico generaliza além das explicações naturais. Afirmar-se que “as operárias sempre aparecem como um grupo à parte, desinteressado e ausente dos problemas da classe” (Frederico, 1979a:58). No entanto, no decorrer da análise, entre os depoimentos e descrições, constata-se que:

- no ano anterior à pesquisa, a firma só dera aumento para os homens e que cinco mulheres reclamaram, chegando a ir ao sindicato. As que reclamaram receberam aumento;
- as operárias participaram das operações-tartaruga e das greves organizadas no período pesquisado.

Ao que tudo indica, as formas e motivos que desencadeiam a combatividade de operários e operárias são distintos. Sua força no interior da fábrica sendo desigual, os resultados que obtêm são também assimétricos. O discurso sociológico, ao tentar impor um modelo de combatividade ou de solidariedade de classe, chega a negar as formas de combatividade dos grupos e, em particular, das operárias, talvez porque essa combatividade não se traduza em liderança visível, mais além do grupo.

Há no mesmo trabalho um outro exemplo de generalização. Quando perguntadas se os trabalhadores da F. eram unidos, a maioria respondeu afirmativamente. A surpresa causada por essa resposta desaparece quando se observa o seu conteúdo: o distanciamento entre a mulher operária e as reivindicações profissionais faz com que elas identifiquem a solidariedade de classe como “camaradagem, amizade, bom relacionamento humano etc.” (Frederico, 1979a:58).

Segundo essa análise, aquela solidariedade que se constitui não em torno dos interesses históricos da classe, mas a partir da prática cotidiana, não é solidariedade de classe. No entanto, são essas as formas pelas quais se dá a participação das operárias nas greves e movimentos de resistência. As greves aparecem mesmo como momentos privilegiados em que ocorre uma solidariedade de classe, mais além da própria divisão sexual que se reproduz na fábrica. É o momento em que as operárias deixam de se sentir periféricas (Rodrigues, 1978:68), quando o sindicato vem à fábrica e elas são ouvidas.

A experiência das greves, as resistências individuais coletivizadas nas operações-tartaruga — as formas de uma estratégia da recusa (Maroni, 1982:63), são referências constantes no discurso e na prática das

operárias, o que mostra que existem formas de participação capazes de romper a divisão operários/mulheres operárias.

A questão que se coloca para as estratégias sindicais é como integrar e trabalhar essas modalidades distintas das práticas da classe. A questão que se propõe para o discurso sociológico é tentar analisar essas práticas sem rejeitá-las como desviadas, em nome de conceitos tradicionais.

II

Uma advertência antes de iniciar esta parte: não trata de *operários*, mas de *operárias*. Com a intenção de tornar a mulher visível tanto no movimento operário como na literatura sociológica, o pronome feminino será utilizado a não ser que seja impossível. Isso pode levar seus leitores a se sentirem desconfortáveis, com alguma razão, em vista do baixo nível de participação das mulheres no movimento operário em comparação com o crescente número de mulheres empregadas na indústria,⁵ e com a escassez de material publicado que trate especificamente da mulher operária.

Apesar de uma crescente participação feminina na indústria paulista e no movimento sindical (ver os dados que seguem), os depoimentos das operárias mostram que elas ainda têm que conquistar “seu espaço” na estrutura sindical (ver também Humphrey, 1983). Existe uma androcentricidade tanto no movimento operário no Brasil como também na produção sociológica sobre o assunto — androcêntrica no sentido de focalizar só homens. Logo ao começarmos este trabalho, imediatamente percebemos a falta de material publicado que trate especificamente de *operárias*, e suas próprias descrições sobre suas situações de trabalho. Também essa androcentricidade se manifesta na falta de dados quantitativos desagregados por sexo, o que torna difícil descrever adequadamente a situação política e econômica das mulheres.

Um novo modo de pensar

Para contribuir na tarefa de criar “um novo modo de pensar sociologicamente sobre o operariado brasileiro” (Paoli, 1983), analisamos aqui “a forma histórica dos modos de existência política” *das operárias*. Buscamos soluções para a velha pergunta: qual é o papel da ideologia no exercício da dominação, através das condições e trajetórias das próprias vidas *das dominadas*.

Retomemos aqui o pensamento de Thompson (1963:9-10):

Por classe, entendo um fenômeno *histórico* [ênfase minha]. Não vejo a classe como uma estrutura, nem como uma categoria, mais como algo que de fato acontece nas relações humanas. Mais do que isso, a noção de classe contém a noção de *relação* histórica [. . .] *Essa relação vem sempre corporificada em pessoas reais e num contexto concreto* [. . .] [ênfase minha]

E a classe acontece quando alguns homens [sic], como resultado de experiências comuns (herdadas e compartilhadas) sentem e formulam interesses comuns entre si e em oposição a outros homens [sic] cujos interesses são distintos (e frequentemente contraditórios). *A experiência de classe é em grande parte determinada pelas relações de produção dentro das quais os homens [sic] nascem – ou que estabelecem involuntariamente.*

A consciência de classe é a forma pela qual essas experiências são traduzidas em termos culturais, corporificadas em tradições, sistemas de valores, ideias e instituições [. . .] Pode-se observar uma lógica nas respostas de grupos com ocupações semelhantes experimentando experiências similares, mas não se pode ditar nenhuma lei.

Felizmente, Thompson atualizou sua definição de classe incluindo as mulheres (1979:38-39):

As classes acontecem ao *viverem os homens e as mulheres* as relações de produção e ao experimentarem situações determinantes dentro do conjunto das relações sociais, com uma cultura e com expectativas herdadas, e ao modelarem essas experiências em formas culturais. Assim, como resultado, nenhum modelo pode indicar o que deve ser a verdadeira formação de classe em uma determinada etapa do processo. Nenhuma formação de classe propriamente dita na história é mais verdadeira ou mais real do que outra e *a classe se define a si própria em seu efetivo acontecer*.⁶

Aplicar adequadamente a metodologia de análise das relações de classe significa pois: 1) descrever o contexto cultural e histórico em que se dá a luta de classes e 2) descrever as relações de produção que determinam a experiência de classes daqueles que fazem parte dessa classe. Com a intenção de preencher esses requisitos para a análise, destacamos alguns dados sobre a situação das mulheres na indústria paulista e alguns dados recentes sobre sindicalização.

Formular estratégias de lutas operárias significa hoje, para alguns setores de trabalhadores industriais, como os da indústria têxtil, química e farmacêutica,⁷ mobilizar um grande número de mulheres. As mulheres penetraram no que tradicionalmente tem sido considerado o mundo masculino da fábrica em outras categorias também. Em 1970, representavam cerca de 20% da População Economicamente Ativa (PEA) (Saffioti, 1981:26). Os censos demográficos de 1970 e 1980 revelaram que a participação das mulheres na indústria, no Brasil, cresceu 181% durante a última década (Humphrey, 1983:47). Como revela a tabela 1, houve um crescimento de quase 200% no setor metalúrgico, que conta, em números absolutos, com mais de 125 mil mulheres.

As mulheres estão hoje menos concentradas nas funções de escritório e mais nas funções de produção. Um estudo feito pelo SENAI, no final dos anos 1970, no município de São Paulo, mostrou que a mulher detinha 30% dos empregos não administrativos na indústria e que 70% das mulheres empregadas na indústria faziam trabalho braçal, semiquilificado ou qualificado, nas áreas de produção e manutenção (Humphrey, 1983:47).

TABELA 1

Brasil, 1970-1976: crescimento do emprego feminino em alguns setores da indústria (números absolutos e porcentagens)

Setor	Crescimento absoluto	Crescimento (%)
Têxtil	33.000	19,9
Alimentos	52.000	71,9
Químico/farmacêutico	19.000	62,9
Metalúrgico*	125.000	199,4

* Inclui também os setores mecânico, elétrico e materiais de transporte.

Fonte: Dados de Gilahy et al. (1982:107-8)

As estatísticas sobre salário indicam que essa mudança da concentração feminina na indústria e na prestação de serviços piora a situação econômica da mão de obra feminina. Em média, mulheres estão recebendo em torno de 60% do salário recebido por homens⁸.

Ao mesmo tempo em que as mulheres estão entrando cada vez mais nas categorias não tradicionalmente femininas, estão também entrando no movimento sindical. Como mostra a tabela 2, o mais alto índice de crescimento de sindicalização entre 1978 e 1979 no Estado de São Paulo se verifica entre *as operárias metalúrgicas*.

TABELA 2

Crescimento de sindicalização entre 1978 e 1979 e taxa anual de crescimento da força de trabalho entre 1976 e 1979 no Estado de São Paulo para alguns setores de atividades, discriminados por sexo.

	Crescimento (%)		
	Homens	Mulheres	Total
Sindicalização:			
Urbana	6,2	9,6	6,9
Indústria têxtil	5,3	4,9	5,2
Indústria metalúrgica	7,1	12,8	7,7
Força de trabalho:			
Indústria metalúrgica	—	5,9	3,9
Indústria total	3,4	5,8	3,8

Fonte: Souza-Lobo *et al.* (1983:5).

Observações feitas no sindicato dos químicos e farmacêuticos de São Paulo em 1983 indicam que a participação das mulheres corresponde à porcentagem feminina da categoria. Elas são 25% dessas categorias e, na diretoria do sindicato, seis dos 24 diretores são mulheres. Nas assembleias recentes também se observa que 20% dos participantes são mulheres.

Como argumentaremos aqui, é necessário examinar as circunstâncias específicas das vidas das mulheres para compreendermos as razões da sua presença ou ausência nas assembleias ou greves sindicais. Isso nos leva à segunda diferença radical entre a perspectiva apresentada neste trabalho e aquela apresentada numa quantidade substancial do discurso sociológico sobre o movimento operário e sindical. O material básico, na forma de depoimentos de *operárias*, será enfatizado, tendo em mente a ideia fundamental que Domitila expressa tão bem em *Se me deixam falar*. Os(as) sociólogos(as) precisam não só falar como ouvir operários e operárias.

A análise dos depoimentos revela quatro obstáculos principais para a participação de mulheres no movimento sindical:

1. A dupla jornada;
2. A desvalorização social das funções exercidas pelas mulheres dentro da fábrica;
3. A opinião de que os homens e não as mulheres são os principais atores sociopolíticos;
4. A exigência de que as mulheres procriem e criem filhos.

A dupla jornada

O primeiro e mais óbvio obstáculo a ser superado pelas operárias é a dupla jornada ou a “dupla situação opressora”, usando o termo empregado por J. Martins Rodrigues (1979:137). O fato de a mulher fazer o trabalho com baixa remuneração e ter responsabilidades não remuneradas já foi amplamente documentado, mas o que põe a mulher na posição de explorada? Há uma *ideologia* sobre o lugar da mulher na família que não só força a mulher a aceitar certos empregos que a permitem carregar seu duplo fardo, mas também perpetua a situação. Como diz Stolcke (1980:4), “a condição feminina é determinada, fundamentalmente, pelo papel específico que o casamento e a família desempenham na reprodução da desigualdade social”. Essa é a descrição de Marlene, 18 anos, da dupla jornada da mulher:

É uma barra resolver o problema da dupla jornada, porque *tem de mexer com a cabeça dos homens*, ele teria de entender que tanto um como o outro tem de participar [...] *tem de entender que o filho não é só da mulher*. Tem de fazer um trabalho com os homens pra eles entenderem isso [ênfases minhas] (Santa Cruz Leite, 1982:110-1).

Existe aqui, por parte da operária, o reconhecimento da ideologia embutida na divisão sexual do trabalho. Essa ideologia sustenta que o cuidado das crianças é trabalho de mulher, mesmo daquelas que abandonam seu lugar tradicional na casa pelo trabalho na fábrica. Disso resulta para as operárias um ciclo de trabalho praticamente contínuo.

Em seguida, examinamos a descrição do dia de trabalho de Cícera. Começa às 4 ou 5 horas da manhã. Faz o café, limpa o banheiro, põe o feijão para cozinhar, faz um bife para o almoço e sai às 5h45, de bicicleta, para o trabalho. Às 10 horas, volta para casa, durante sua meia hora de almoço, para dar de comer às três crianças. “Às vezes saio de casa para voltar de novo à fábrica, fumando um cigarro, às vezes a comida ainda está no pé da garganta e chego em cima da hora, apavorada” (Prado, 1981:110). Volta para casa às 14 horas, lava o arroz, prepara o jantar, lava, passa, depois assiste um pouco de TV e vai dormir. “Quando vou dormir já estou estourada, estou com as pernas [...] parece que minhas pernas [...] fico sem perna. Agora, para que isso?” (Prado, 1981:111). Apesar disso, Cícera gosta de trabalhar na fábrica porque pode esquecer todos os problemas de casa. “Eu adoro trabalhar, mesmo domin-

go. Poxa, chego lá, fico lá sozinha, vou ao banheiro, fumo um cigarro, tomo ar livre e a máquina lá trabalhando” (Prado, 1981:114-5).

A desvalorização social do trabalho operário feito pela mulher

Enquanto a fábrica é o refugio de algumas, a maioria das operárias preferiria aliviar sua carga de trabalho e serem apenas “donas de casa”. “Só teria que cuidar da casa e das crianças e não ir pra fábrica” (J. Martins Rodrigues 1979:137). Sonham com uma vida melhor para seus filhos, mas não veem outro modo de conseguir isto a não ser continuando a se matar de trabalho.

Minha profissão não é lá dessas coisas... eu não tenho possibilidade de exercer uma profissão melhor, mas queria que ela tivesse... se faço isso, é porque meus pais não puderam me dar melhor, mas eu podendo quero dar pros meus filhos, o que não tive. Não quero que sejam operários... quero que tenham uma profissão de futuro... não quero que levem a vida que levo [ênfases minhas] (J. Martins Rodrigues 1979:123).

Não há vontade alguma em melhorarem sua profissão. Sentem-se desvalorizadas, e só veem como um modo de melhorarem a vida abandonando-a (ver também Saffioti, 1978).

Mulheres entrevistadas por A. Martins Rodrigues (1978) desvalorizam-se até mesmo como entrevistadas.

Vou chamar meu marido, ele sabe falar... Precisa falar? É duro viu, não é fácil... deixa eu chamar meu marido ... ele fala melhor, sabe? (p. 64)

Da mesma maneira, como boa parte do operariado é composta por nordestinos e nordestinas, sentimentos de inferioridade social transparecem em comentários como:

Eu quero ouvir a fita da entrevista, pra mim ver o que eu falei de errado aí. Eu falo errado, eu sou mineira lá do Nordeste, eu falo tudo errado. (A. Martins Rodrigues 1978:45)

Se esses operários e operárias já se sentem tímidos diante de entrevistadores, muito mais difícil lhes será falar numa assembleia de sindicato ou numa reunião de fábrica.

Os homens como principais atores sociais e políticos

Um terceiro grande obstáculo para as mulheres se tornarem ativas no sindicato é a tradicional visão da liderança, particularmente na área de política, como uma esfera de atividade masculina. Isabel, da diretoria dos químicos comenta:

É a própria sociedade que põe o homem mais valente que nós. Dá a chance dele ser mais valente, ele tem esse caminho. Para a mulher o próprio fato de participar já é uma vitória, uma conquista (Carvalho, 1983:43).

Cícera (Prado, 1981) vê liderança política como algo estritamente masculino, mas expressa opiniões contraditórias quanto à participação das mulheres em trabalho fora de casa:

Acho que homem sabe dirigir melhor a política, sei lá por quê, acho que o homem é melhor do que a mulher. Sabe, confio em negócio de homem médico, por exemplo, gosto mais de consultar um homem do que uma doutora. Acho mais bacana o homem dirigir. *Em mim confio num ponto, noutra não.* Se ficar nervosa faço besteira, mas não queria ser homem não, queria nascer mulher. Porque sou mulher, mas *faço as duas coisas, faço o serviço que o homem faz. Trabalho fora, tomo conta da casa, faço compra, toda responsabilidade sou eu,* o dinheiro que nós temos aqui em casa é o meu, sem precisar de homem (Prado 1981:78).

Podemos observar que Cícera valoriza a independência econômica que conseguiu, mas não sente que esta lhe tenha proporcionado independência política.

Na hierarquia da fábrica, os homens também são vistos como os chefes apropriados. J. Martins Rodrigues (1979:111) reproduz esses comentários feitos por operárias.

*Contramestre é serviço de homem. Não pega bem pra mulher
Homem pensa mais do que mulher.
Mulher mandando só dá fofoca.*

De vez em quando a entrevistadora manifesta a mesma atitude, como vemos na pergunta feita por Pereira (1979:74): “De que maneira se manifesta o poder *dos homens?*”.

Em segundo lugar, as operárias se sentem estrangeiras ao sindicato — “fora do lugar”. Uma citação de uma operária mencionada por Santa Cruz Leite apóia a afirmação de Humphrey (1983) sobre a masculinidade da estrutura sindical e a alienação que as mulheres nela vivenciam:

Bom, eu tive dificuldades pelo fato de ser mulher. A primeira foi quando eu trabalhei como dirigente sindical e *parece que não era uma experiência muito* acostumada entre as mulheres. *Ser mulher, fazer parte de uma diretoria* e tal. Eu me lembro que quando eu ia nas reuniões de diretoria muita coisa se falava, mas *quando eu ia abrir a boca os diretores diziam* (eram 22 pessoas, né, incluindo eu, *no caso 21 homens*): *deixa pra lá. A impressão que eu tinha é que eu fui pega pra entrar na diretoria, não pelo valor, assim, que eu tinha no sentido de fazer um trabalho, mas pra conseguir votos para as eleições ...* Bem, isso foi uma das principais dificuldades. Ser usada para conseguir votos e, outra, *nas reuniões não conseguir ter uma participação* (Santa Cruz Leite, 1982:134).

Observamos aqui uma situação em que uma operária conseguiu vencer os muitos obstáculos à sua participação integral no movimento operário, mas que, ao falar diante de um grupo de dirigentes, é silenciada.

A exigência de que as mulheres procriem e criem filhos

A dificuldade fundamental em trazer mulheres para o sindicato é que os problemas das mulheres trabalhadoras não são adequados a nenhum sindicato. O que prende as mulheres são normas que estão nas raízes das práticas sociais. Como a autobiografia de Cícera (1981) — uma operária têxtil do Nordeste — ilustra tão dramática e vivamente, operárias precisam enfrentar todo um pântano de tabus culturais e as instituições sociais que os sustentam, a fim de lidarem com as dificuldades que possam surgir do fato de passarem um tempo considerável fora de casa.

Cícera procurou a ajuda de seu sindicato para um aborto médico (não clandestino) para sua filha de 13 anos, violentada pelo padrasto da menina, marido de Cícera há sete anos. Em primeiro lugar, sua filha esperou dois meses antes de admitir para a mãe a possibilidade de estar grávida, por causa de sua própria aceitação da atribuição cultural de culpa à mulher e não ao homem. Quando Cícera descobriu a verdade sobre como sua filha tinha engravidado, foi à sua amiga e colega de trabalho na fábri-

ca para explicar a situação e pedir se sua filha poderia ficar na sua casa. São estas as próprias palavras de Cícera descrevendo sua frustração:

Seis dias não estou dormindo não, estou acordada, mas sem saber o que faço. Não sei se mato, nem sei se mando embora, nem sei se dou parte dele. [Após contar à amiga] fui caminhando para minhas máquinas e ela (outra operária) foi para as dela. Ah, minha filha, para quê! Quando me escorei assim na caixa de cadarços, *parece que aquele negócio...* cresceu dentro de mim. Bem, fiquei dum jeito que, de uma Ciça, foram cinco que saíram de dentro de mim, fiquei do tamanho de cinco Ciças. *As máquinas lá fazem um barulhão que não tem quem aguente. Mas gritei mais alto que as máquinas,* era um grito em que dizia “aiiiii, meu Deus, aiinii!” — gritando mais alto, mais alto. Veio meu subchefe, me levou lá para o escritório do chefe, o seu Antônio. “O que é que você tem? Está passando mal? Foi teu filho que fez alguma coisa?” (Prado, 1981:24).

Muitas de suas colegas aconselharam um aborto clandestino, e até lhe deram dinheiro para tal. Na sua seção, de 30 operárias, 19 eram a favor do aborto, “além do caso de estupro”, muitas já haviam feito (uma delas cinco vezes), “porque estão sozinhas e não podem criar filhos” (Prado, 1981:34).

Após mais dois meses de recusas por parte dos médicos para fazerem o aborto, acompanhado de apelos da imprensa e até da mãe de Cícera para deixarem o homem “fazer a coisa honesta e casar com a pobre menina”, a menina decidiu ter a criança. Do documento final preparado pelos advogados trabalhistas de Cícera, publicado em *O Globo*, (RJ, 8/8/1980), segue a citação:

Chegamos à conclusão, enfocando o problema sob ângulo da Vitimologia, que, no Brasil, quando alguém engravidar em consequência de estupro e quiser resolver o problema por caminhos legais, estará incluído numa nova figura, dentro do fenômeno vitimológico: O TRIÂNGULO VITIMAL — ou seja, o estuprodo condonado que vai ser vítima do sistema prisional, a mulher, vítima legal do estupro, e a criança que vai ser vítima da miséria.

Nesse caso, incluindo Cícera e também sua filha, podemos até dizer que havia quatro vítimas, pois esta operária precisaria dividir seus

ganhos insuficientes com dois dependentes em vez de apenas com uma – sua filha.

Se a reação do marido de Cícera frente à esposa que trabalhava na fábrica se encontra num extremo, a reação do marido de outra operária foi extrema de um outro modo. Ela descreve a situação assim:

Daí fui arrumar serviço na Duchon e arrumei. Era pra mim voltar na segunda-feira para trabalhar, *ele não deixou*, quebrou o pau comigo, minha filha, queria até me matar, *uma briga danada, minha família entrou no meio*, aquela confusão toda, ele queria jogar o menino no poço, ele foi preso. Ele disse: *você não vai trabalhar. Eu morro de fome, mas você não vai trabalhar* (J. Martins Rodrigues 1979:69).

Mais uma vez aparece a ideia de que a operária está “fora do lugar”. Torna-se trabalhadora assalariada forçada pela necessidade, mas não definitivamente. Se quiser trabalhar fora de casa encontra, às vezes, fortes resistências de parte do marido ou da família.

Stolcke (1980:39) explica da seguinte maneira:

Sua incorporação na produção é resultado de necessidades familiares, determinadas pelos níveis reais dos salários, e pela situação do mercado de trabalho. Mas a responsabilidade primária das mulheres operárias continua a ser o nascimento e a criação dos filhos. Sua participação no trabalho assalariado é vista como subsidiária à dos homens, eles, sim, os trabalhadores principais.

As mulheres recebem menos e “são geralmente designadas para os trabalhos menos valorizados” (Stolcke 1980:39).

É aqui que encontramos o ponto de conexão entre o movimento feminista e as lutas das operárias. Quando entram no mundo do trabalho, as operárias se defrontam com um novo contexto social em que necessitam exigir seus direitos num mundo masculino: a fábrica, o sindicato.

Duas autoras tratam especificamente do debate quanto às coincidências ou contradições em potencial, inerentes aos movimentos feminista e operário: Santa Cruz Leite e J. Martins Rodrigues. Elas tomam lados opostos na questão – Santa Cruz Leite defende uma combinação dos dois movimentos, e J. Martins Rodrigues rejeita. Independentemente de sua posição ideológica, o que foi demonstrado com o material de pesquisa de J. Martins Rodrigues é a grande necessidade de integrar as

preocupações feministas num movimento sindical, que vá ao encontro das necessidades das mulheres da classe trabalhadora, *expressas pelas próprias operárias brasileiras*. Apesar do feminismo ser frequentemente considerado um movimento das mulheres burguesas, devido à sua forma em outros países, particularmente nos Estados Unidos e na França, achamos que o material apresentado aqui demonstra que, a não ser que a tradicional divisão sexual do trabalho e exigências tradicionais em relação à conduta da mulher em lugares públicos (como assembleias sindicais) sejam contestadas, as operárias não poderão exercer seus plenos direitos no movimento sindical. Isso não é uma ideia nova.

Encontramos palavras como patriarcado, dominação/subordinação, humanismo idealista (J. Martins Rodrigues, 1979:39), mencionadas na literatura sociológica examinada aqui, apesar de estes conceitos poderem ser criticados. O que é novo é o uso de depoimentos das próprias operárias para demonstrar suas opiniões sobre as circunstâncias históricas específicas que as reprimem. Portanto, a recomendação de se desenvolver uma prática política feminista no movimento sindical no Brasil é feita baseada nas descrições da realidade da classe trabalhadora brasileira e das vontades expressas pelas próprias operárias, e não por teóricos ou acadêmicos de algum país qualquer.

Mulheres “fora do lugar” ultrapassando as barreiras

Independentemente de se considerarem feministas ou não, as líderes sindicais estão incorporando a suas práticas uma consciência das operárias como um grupo social com reivindicações específicas. As múltiplas barreiras à sua participação integral estão sendo ultrapassadas através da firme determinação de participar no movimento sindical, como pode se observar nos seguintes depoimentos:

Eu acho que a gente tem mais é que participar, ir em reuniões, tudo que pintar mesmo. A gente ganhando estas eleições, *nós vamos tentar mobilizar as mulheres*, para elas se conscientizarem que a mulher precisa participar mesmo, precisa saber o que está nos atingindo, em relação ao trabalho, ao corpo, a tudo. *A partir de que nós tomemos este sindicato, essas seis mulheres [da diretoria] vão trabalhar em cima disso, com muita força de vontade.* (Carvalho, 1983:43)

Eu acho que o nosso maior trabalho deve ser organizar as mulheres na fábrica, que é mais difícil que organizar os homens. *A mulher, quando pega uma luta, ela vai em frente, ela pega*

pra valer; com unhas e dentes, mas é difícil ela pegar. (Carvalho, 1983:43)

Há também, por parte dos sindicalistas, o reconhecimento de que as operárias têm o direito de estarem ali:

Nós somos uma esquerda machista [...] O que existe para as mulheres foi conseguido [...] pelo fato que ela abriu o espaço.

O movimento sindical está atualmente atravessando um período de transição difícil (como se verá na entrevista sobre a greve de 21 de julho de 1983) e as líderes sindicais que estão participando desse processo avaliam o momento conscientes da necessidade de integrar as operárias:

Passei pela praça da Sé e chegando lá tinha outro esquema de segurança *rigorosa*... todos policiais a cavalo, polícia com cachorro, polícia com caminhão, caminhão *cheio* de policiais *todo* armado, não podia ficar duas pessoas, assim, parada na praça ... E eu parei assim e fiquei analisando as coisas bem friamente; falei: Não está certo, isso ... Fui para a assembleia, mas *revoltada* com a situação. Eu falei: Poxa vida! A gente está conseguindo se levantar agora, né, e ver essa repressão tudo assim, *em cima*, né?

Para e cai novamente! ... Aquilo, assim, do modo geral, acho que choca a gente! Você vê; *onde está liberdade? Não tem!*

Minhas recomendações? Digo o seguinte. O que você tem que mudar *realmente* é que o *próprio trabalhador vem a participar e assumir a luta. Essa que é a verdade ... Não adianta as altas cúpulas sindicalistas* ou confederações ou não sei mais o que *declararem a greve se o próprio trabalhador não está assumindo ela. Ele não participou no processo...* Só vai sair aquela greve vitoriosa o dia que o próprio trabalhador na fábrica, ele assumir a greve, ir para frente, ele mesmo, assumir e fazer, né? Greve, feita, minha filha, só por alta cúpula declarando greve, não sai... *Da alta cúpula, o que não tinha mesmo era operárias. Quando eu fiz greve na minha empresa, quem estava no comando mesmo da greve, era operária, peão da fábrica, tanto mulher como homem.*

A despeito de um sentimento de revolta contra a repressão e a despeito da crítica ao fato de que não existam operárias entre as lideranças, observa-se um forte desejo de persistir na luta e nenhuma dúvida de que as mulheres são capazes de fazer sua parte.

Observações finais

Desse trabalho pelo avesso, tiramos algumas conclusões, ainda provisórias e precárias, no sentido de uma reorientação da nossa metodologia e dos conceitos que utilizamos no discurso sociológico.

- 1 – A falsa neutralidade dos conceitos mascara a masculinização da classe operária no discurso sociológico, torna as operárias invisíveis ou desviantes. Por não se fazer uma análise da situação das operárias em sua dupla relação – de classe e de sexo –, as explicações sobre as práticas das operárias são relegadas aos estereótipos sobre a natureza feminina.
- 2 – Nos estudos sobre a classe operária, a assimetria entre as práticas de operários e operárias não é problematizada, mas hierarquizada. Esse procedimento reproduz a incapacidade do discurso sociológico de pensar a heterogeneidade da classe operária.
- 3 – As explicações clássicas sobre a emergência da consciência de classe podem ser contestadas baseando-se no material exposto. A motivação para ganhar um salário mais elevado leva a práticas individuais ou coletivas: as mulheres preferem ser donas de casa, assim como os homens sonham em trabalhar por conta própria e trabalham para que seus filhos recebam uma educação melhor e obtenham um bom emprego, em vez de “sair para a luta” e tentar mudar a política salarial.
- 4 – Os argumentos segundo os quais as mulheres participam menos porque são apenas transitariamente operárias são discutíveis. Argumentaríamos com a análise de Stolcke (1980), segundo a qual é através do controle exercido sobre a capacidade de procriação da mulher, ou seja, de sua sexualidade, que constrói a subordinação da mulher, e esta é uma relação determinante que se articula com todas as outras relações sociais que envolvem as mulheres.
- 5 – Os motivos para a ausência das operárias no movimento operário e sindical estão nas suas casas e na sede dos sindicatos e nas cabeças de operários e operárias. Isso não significa dizer que as circunstâncias materiais sob as quais vivem as trabalhadoras não tenham nada a ver com sua disposição ou relutância em participar da luta sindical. Como uma operária já disse: “Isso fica mexendo com minha cabeça, mas eu só consigo pensar com meu estômago”.
- 6 – Baseadas nesse trabalho, gostaríamos de apontar a importância da articulação entre luta feminista e luta de classes, na medida em

que a posição da operária no movimento operário e sindical está relacionada com a sua situação na sociedade como um todo.

Notas

1. As direções do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, eleitas nos anos 1970, não contavam com nenhuma mulher. Ver sobre isso, Rainho e Bargas (1983).
2. As pesquisas sobre a indústria automobilística frequentemente tratam de empresas onde não há operárias na produção. A pesquisa, pioneira, de Leôncio Martins Rodrigues (1970) não inclui operárias na amostra.
3. Na sua pesquisa rica e detalhada, Vera Pereira (1979) não especificou o número de operárias na fábrica e o número de operárias entrevistadas. Utiliza, no entanto, entrevistas com operárias, citadas e identificáveis.
4. A fábrica pesquisada por Celso Frederico (1979a) pertence ao ramo mecânico. A proporção de operárias neste ramo, segundo dados do Dieese para São Bernardo e Diadema é de uma operária para cada sete operários. Não dispomos de dados para Santo André, onde se situa a fábrica estudada, mas provavelmente as proporções devem se repetir.
5. Crescimento do Emprego Feminino.

Por Setor de Atividade: Estado de São Paulo, 1970-1980

Setor	Crescimento absoluto	Distribuição de Crescimento (%)
Atividades industriais	475.000	30
Comércio	197.000	13
Prestação de serviços	389.000	25
Atividades sociais	280.000	18
Todas outras atividades	233.000	15
Total	1.574.000	100

Fonte: Censos demográficos, 1970 e 1980.

6. Essa ideia sobre a natureza da experiência e a impossibilidade de captá-la através do empiricismo foi desenvolvida de forma mais sugestiva pelo poeta: Caminhante, não há caminhos. O caminho se faz ao andar.
7. Dados para a indústria química e farmacêutica em 1982 mostram que 25% desta categoria são mulheres e dados apresentados por Saffioti (1981:27) sobre a indústria têxtil indicam que em 1970, 58% dos trabalhadores têxteis e 50% dos trabalhadores na indústria de vestuário eram mulheres.

8. Porcentagem de mulheres em relação ao número de trabalhadores no Estado de São Paulo* por faixa de remuneração

Faixa de Remuneração	Porcentagem feminina
Até 1/4 S.M.**	60,6
1/4 - 1/2 S.M.	66,0
1/2 - 1 S.M.	49,7
1 - 2	33,8
2 - 5	19,2
5 - 10	15,6
10 - 20	9,0
20 +	4,4

* Porcentagem de mulheres no total de trabalhadoras, 29,2%.

** Salário mínimo de 1976. (Saffioti, 1978. 417)

Referências bibliográficas

- Aguiar, Neuma (1978). *Casa e modo de produção*. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Bebb, Yvonne (1983). *Aspects of women's political action in early and other stages of industrialization — Notes for research*, University of Liverpool, (mimeo).
- Becalli Salvatti, Bianca (1982). *Women and trade unions in the 1970s: the Italian case*, Università di Milano, (mimeo).
- Blay, Eva A. (1978). *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática.
- Carvalho, Marília (1983). "As mulheres estão de corpo inteiro na luta", in *As mulheres e o trabalho*, Editora de Mulheres, *Em tempo*, São Paulo, Aparte.
- Dieese (1978). *Documentos preparatórios para o I Congresso da Mulher Metalúrgica*.
- Elson, Diane e Pearson, Ruth (1981). "Nimble fingers make cheap work: an analysis of women's employment in third world export manufacturing", in *Feminist Review*, 7.
- Frederico, Celso (1979a). *Consciência operária no Brasil*. São Paulo, Ática.
- _____. (1979b). *A vanguarda operária no Brasil*. São Paulo, Símbolo.
- Gitahy, L., H. Hirata, E. Lobo, R. Moysés (1982). "Operárias: sindicalização e reivindicações" (1970-80), in *Revista de Cultura e Política*, 8, São Paulo, Cortez.
- Guilbert, Madeleine (1966). *Les femmes et l'organisation syndicale avant 1914*. Paris, CNRS.
- Hirata, Helena e Humphrey, John (1983). *O emprego industrial feminino e a crise brasileira de 1981*. (mimeo).
- Humphrey, John (1983). "Sindicato, um mundo masculino". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 1, abril.
- Kergoat, Danièle (1978a). *Les pratiques revendicatives ouvrières*. Paris, CNRS, (mimeo).

- _____ (1978b). "Ouvriers = Ouvrières?" in *Critique de L'économie Politique*, nº 5, n.s. out.-nov.
- _____ (1982a). *Les ouvrières*. Paris, Le Sycomore.
- _____ (1982b). *Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux*. Paris, CNRS, (mimeo).
- Lefort, Claude (1979). *Eléments d'une critique de la bureaucratie*. Paris, Gallimard.
- Leite, Márcia (1982). "Processo de trabalho e reivindicações sindicais", Campinas, 34ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).
- Lukács, G. (1960). *Histoire et conscience de classe*. Paris, Minuit. Maroni, Amneris (1982). *A estratégia da recusa*. São Paulo, Brasiliense. Martins Rodrigues, Arakey (1978). *Operário, operária: estudo sobre tecelãs*. São Paulo, Hucitec.
- Martins Rodrigues, Leôncio (1970). *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo, Brasiliense.
- Moysés, Rosa Lúcia (1982). "Práticas operárias femininas: reflexões sobre o caso das trabalhadoras químicas na cidade de São Paulo", Friburgo, VI Encontro Anual da ANPOCS.
- Paoli, M. Célia (1983). *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira*, (mimeo).
- Pereira, Vera Maria (1979). *O coração da fábrica*. Rio de Janeiro, Campus.
- Prado, Danda (1981). *Cícera, um destino de mulher: autobiografia duma emigrante nordestina, operária têxtil*. São Paulo, Brasiliense.
- Rainho, Luís Flávio (1980). *Os pés do grande ABC*. Petrópolis, Vozes.
- Rainho, Luís Flávio e Bargas, Oswaldo (1983). *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)*. Rais (1976-1979), *Relação Anual de Informações Sociais*, Brasília, Ministério do Trabalho.
- Saffioti, H.I.B. (1978). "O trabalho feminino sob o capitalismo dependente: opressão e discriminação", in *Anais Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Campos do Jordão.
- _____ (1981). *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo, Hucitec.
- Santa Cruz Leite, Rosalina (1982). *A operária metalúrgica: estudo sobre as condições de vida e trabalho de operárias metalúrgicas na cidade de São Paulo*. São Paulo, Semente.
- Souza-Lobo, E., Gitahy, L., Moysés, R. (1983). "A 'prática invisível' das operárias em São Bernardo do Campo" (mimeo). Stolcke, Verena (1980), *Por que a mulher?*, (mimeo).
- Thompson, E. P. (1963). *The making of the English working class*, Victor Gollancz, ed.
- _____ (1979). *Tradición, revuelta y consciencia de clase — estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Crítica.

A divisão sexual do trabalho e as ciências sociais (notas de pesquisa)*

Já se repetiu muitas vezes que a problemática da divisão sexual do trabalho questiona categorias e métodos que aprendemos a considerar neutros. E, por outro lado, nessa tentativa de refazer nossos moldes de pensamento, nos deparamos frequentemente com um tipo de resistência institucional das ciências sociais que, ao fixar fronteiras entre teorias gerais e particulares, termina por compartimentar problemáticas que atravessam as relações sociais e, ao serem circunscritas a espaços "específicos", são isoladas e perdem todo alcance e extensão.

A preocupação em confrontar e reconstruir a problemática dos estudos sobre mulher-trabalho-indústria está hoje presente em muitos estudos e pesquisas.¹ Isso tem significado um esforço teórico e metodológico, a revisão de dados e interpretações que tratei de reconstruir, muito parcialmente, nessas notas.

Num primeiro momento, distingo a emergência da problemática da *divisão sexual do trabalho* transformando a questão da *participação da mulher na força de trabalho*, na medida em que foi ficando claro que as categorias (e não só as marxistas), como o próprio capital, são sexualmente cegas².

Num segundo momento, tento pensar as questões suscitadas pela problemática da divisão sexual do trabalho articulada àquela das relações de gênero, a partir das suas formas concretas de existência e representação.

* Apresentado originalmente no GT "A mulher na força de trabalho" do VIII Encontro Anual da ANPOCS, 1984.

Trabalho feminino e divisão sexual do trabalho

Os estudos sobre o trabalho industrial feminino trazem frequentemente a marca de uma ótica implícita que separa duas esferas:

- a) O processo de desenvolvimento do capitalismo industrial,
- b) O comportamento da força de trabalho feminina.

Separadas as esferas, trata-se de relacioná-las positiva ou negativamente. No caso brasileiro, a abordagem de Madeira e Singer (1975) estabeleceu um paralelo entre a dinâmica do trabalho feminino e as etapas históricas da evolução da força de trabalho. Dessa análise permaneceram, no entanto, algumas questões apontadas por Neuma Aguiar (1984) com relação às hipóteses de diminuição do trabalho feminino na agricultura e a eliminação das ocupações de tipo artesanal e doméstico. Em ambos os setores, a participação feminina obedece a trajetórias distintas das previstas; ou seja, “a participação feminina na atividade agrícola tende a aumentar com o desenvolvimento das atividades de subsistência: (Aguiar 1984:27) e a produção mercantil e o emprego doméstico continuam importantes, mesmo com o crescimento urbano e a industrialização, o que foi apontado em trabalhos mais recentes de Felícia Madeira (1977).

Um segundo efeito dessa ótica está na raiz da tese da crescente marginalização da mulher por parte do modo de produção capitalista (Saffioti, 1981:14). Apoiada no exame da participação da força de trabalho feminina na indústria durante os anos 1950, 1960 e 1970 e na diminuição da força de trabalho feminina na indústria têxtil, Saffioti generaliza a tendência de queda da participação das mulheres nas atividades manufatureiras e sua concentração no setor de serviços como fenômeno tendencial no Brasil.

Assim, tudo se passava como se o capitalismo brasileiro excluísse de forma homogênea as mulheres do setor industrial a partir do modelo de industrialização vigente nos anos 1950 e 1960, em que a predominância da produção de bens de capitalismo gerava poucos empregos “femininos” e os setores tradicionalmente femininos estagnavam ou reformulavam suas estratégias.

Outras hipóteses surgem posteriormente (Gitahy, 1982; Brisolla e Humphrey, 1984) com estudo da participação feminina na força de trabalho empregada na indústria durante a década de 1970. Verifica-se então um crescimento significativo da ocupação feminina nas indústrias de transformação³. No entanto, mais do que discutir erros ou acertos nas previsões, trata-se aqui de repensar a problemática que orientava as questões

colocadas. Por um lado, a ideia da “marginalidade do trabalho feminino”, e de sua “especificidade”, diante de uma *lógica capitalista geral* se assenta, como observa Louise Vandelac (1982:71). Na “eliminação das mulheres como sujeito social e histórico, o que está na raiz é parte integrante do discurso econômico”. Assim, o discurso econômico está construído para ser geral, e este é um problema que se coloca sistematicamente para a pesquisa sobre o trabalho feminino: como dar conta das relações invisíveis e como evitar a armadilha da dicotomia entre relações gerais e específicas.

A hipótese da marginalização da força de trabalho feminina na industrialização capitalista coincide com a ideia da marginalização social das mulheres e aparece como corolário das teses mais gerais sobre a *marginalidade* aplicada às populações não integradas e não integráveis às relações capitalistas vigentes e hegemônicas na sociedade brasileira, mas incapazes de desarticular o conjunto dos setores da população.

Outra hipótese trata a força de trabalho feminina como parte do exército industrial de reserva, um grupo mobilizável ou desmobilizável segundo as necessidades da industrialização capitalista. Permanecem aqui também as questões relativas às modalidades e aos setores para os quais as mulheres são mobilizadas ou desmobilizadas, o problema da reprodução da *sexualização das ocupações* e das tarefas⁴.

Na verdade, para o tratamento dessas questões revelou-se insuficiente o discurso da economia política ao qual se acrescentavam sufixos femininos (Kergoat, 1984). Trata-se muito mais de reconstruir como se dão as relações das mulheres com o mercado de trabalho, com o capital, com os cargos, salários ou qualificações. As evidências da *sexualização das ocupações*, da distribuição do trabalho feminino por ramos e setores, conforme apontavam já os economistas neoclássicos, acrescentavam-se novas questões na medida em que a força de trabalho feminina no Brasil sofria modificações quantitativas – com o crescimento do emprego feminino industrial – e qualitativas – com a expansão do emprego feminino para novos setores da indústria. Como observa Humphrey (1984:4), em São Paulo, em 1976, 30% de todo o emprego feminino nas indústrias de transformação localizavam-se em quatro setores metalúrgicos, enquanto 39% desses empregos provinham dos setores têxtil, de vestuário e produtos alimentares.

Reproduzia-se no caso brasileiro a situação apontada por outras pesquisadoras:

Não podíamos ignorar que as mulheres existem em todos os níveis da divisão capitalista do trabalho e das relações de classe

e que elas estão aí em situações e práticas diferentes das dos homens: Mas faltavam de maneira cruel os instrumentos de análise para pensar tais diferenças (GEDSST, 1984:3).

A reconstituição da *démarche* que nos permite trabalhar a problemática da *divisão sexual do trabalho* no interior das relações capitalistas passa de início por alguns pontos:

1. A identificação de duas esferas sociais ao mesmo tempo distintas e inter-relacionadas: a produção social de bens, constituída basicamente por relações mercantis, e a reprodução dos seres humanos, estruturada por relações aparentemente naturais;
2. A assimetria produção/reprodução se traduz numa divisão sexual do trabalho que estrutura as relações entre os sexos nos vários espaços sociais (Combes e Haicault, 1984:157).

A ideia de que a divisão sexual do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob um ângulo que integra os dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais. Isso significa pensar o trabalho industrial feminino desagregando as relações de trabalho nos processos de industrialização, questionando as generalidades e fazendo emergir as relações invisíveis que estruturam o trabalho doméstico ou a própria divisão sexual do trabalho e das tarefas nas várias relações sociais.

Por outro lado, a problemática da divisão sexual do trabalho abre caminho para distinguir as estratégias de mobilização das mulheres pelo capitalismo na indústria eletroeletrônica, nas “maquilas” do México ou do Haiti, nas montadoras de vestuário da Tunísia, estudando seu funcionamento mais além da teoria geral sobre a mobilização do exército industrial de reserva⁵.

Mas constatadas as insuficiências das aplicações centradas somente na marginalização da força de trabalho feminina ou de sua participação no exército industrial de reserva, outras questões se colocam. A primeira delas remete às relações que regem a própria divisão sexual do trabalho, ao tipo de estratégia que institui a divisão sexual das tarefas no processo de trabalho ou nos ramos da produção industrial.

A pesquisa pioneira de Madeleine Guilbert (1966) relacionava feminização com desqualificação. “A predominância das mulheres nos empregos que refletem em seu grau mais elevado as consequências da

divisão e da simplificação do trabalho operário.” (Guilbert, 1966:9). Estabelece-se uma relação entre desqualificação do trabalho — desqualificação da força de trabalho — feminização. Permanece a questão da designação natural das mulheres como trabalhadoras desqualificadas.

Nos estudos sobre o tema no Brasil, a resposta mais frequente a essa ordem de indagações vê na feminização dos setores a extensão dos papéis femininos tradicionais na sociedade (Madeira e Singer, 1975). Assim, as tarefas dos serviços sociais são prolongamento das tarefas domésticas. Grande parte das ocupações femininas na indústria parecem obedecer ao mesmo critério: tarefas repetitivas que exigem atenção e paciência, destreza e minúcia.

Explica-se também a feminização de setores e tarefas como parte de uma estratégia de barateamento dos custos da força de trabalho. Assim, as mulheres, menos conscientes de seus direitos como trabalhadoras, menos participantes e politizadas, aceitariam salários mais baixos e substituiriam os operários. Ainda que essa substituição possa ocorrer, se a extensão do trabalho feminino obedecesse exclusivamente aos interesses do capital de maximizar os lucros barateando os custos da força de trabalho, ela não pode ser fixada como regra geral, uma vez que a força de trabalho feminina não substitui sistematicamente a masculina, e que, portanto, o capital submete seus objetivos à divisão sexual do trabalho.

Por outro lado, a hipótese da divisão sexual do trabalho como expressão de qualidades distintas da força de trabalho feminina e masculina é relativizada pelos estudos de conjunturas históricas. No período das duas guerras mundiais, na Europa e Estados Unidos, as tarefas masculinas na indústria foram preenchidas pelas mulheres quase que integralmente, por necessidades estratégicas. Uma vez terminada a guerra, a volta ao *status* anterior foi realizada obedecendo razões sociais e não propriamente técnicas.

As hipóteses revelam-se insuficientes ou aplicáveis a casos concretos mas não generalizáveis como causas determinantes da divisão sexual do trabalho. Tudo parece indicar que não existem fatores naturais, inerentes ou lógicos que instituem a divisão sexual do trabalho, mas que existe uma construção social de práticas e relações de trabalho cuja coerência reside na articulação, muitas vezes simbólica, de vários fatores.

A construção social da divisão sexual do trabalho

O caminho tortuoso de construção da problemática da divisão sexual do trabalho deságua na necessidade de formular novas questões. De

um lado as explicações estruturais, fundadas na *lógica homogênea do capital*, revelam que a divisão sexual do trabalho não é histórica nem tampouco exclusivamente estratégica (enquanto estratégia do capital), ainda que possa ser conjunturalmente estratégica. Parece fundar-se em relações sociais e representações culturais, em estratégias patronais do Estado e em práticas de resistência de mulheres e de homens.

Não se trata pois de substituir a *lógica da produção* como originária da divisão sexual do trabalho, para instaurar uma *lógica da reprodução*. Assim, a hipótese de que as mulheres são objeto de uma forma de apropriação particular, enquanto corpo, e não apenas enquanto força de trabalho (Guillaumin, 1978), o que marca as relações contratuais no feminino, diferentemente do contrato da força de trabalho masculina, introduzindo uma relação de subordinação de natureza distinta, pode ser pertinente para a análise de algumas modalidades de relações de trabalho. Iluminam em particular a compreensão das relações de trabalho dominantes em certas profissões “femininas”: trabalho doméstico assalariado, secretárias, onde efetivamente ocorre uma extensão das funções e da representação das mulheres na reprodução, que assume a forma de uma relação de apropriação não mercantil (Chabaud, 1984).

Mas os critérios que instalam a divisão sexual das funções, das tarefas, na indústria escapam a este quadro teórico. Ao mesmo tempo opõem barreiras à utilização de uma nova lógica generalizadora.

No caso da divisão sexual de funções e tarefas incidem tanto estratégias de utilização (apropriação) do corpo, através de suas “qualidades” naturais ou sociais, como representações de qualidades. Assim, os dedos ágeis,⁶ a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios da força de trabalho feminina. Como observam vários pesquisadores, a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho realizado por homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais, desconsiderando-se o treinamento informal⁷.

O sexo do trabalho⁸ pode se reproduzir por tradição cristalizada através da articulação de estratégias patronais e resistência operária. É o que observa Ruth Milkman ao estudar a indústria automobilística e a de material elétrico nos Estados Unidos. Acrescenta ainda que, uma vez cristalizadas as tradições, a tendência à inércia é forte e a divisão sexual do trabalho tende a se reproduzir reforçando a imagem da naturalidade (Milkman, 1982). A tradição naturaliza a divisão sexual do trabalho também na indústria das castanhas no Brasil onde, “segundo a lógica vigente entre operários (homens e mulheres), o trabalho na castanha,

pelo fato de tradicionalmente ter sido feito por mulheres, tornou-se um trabalho de natureza feminina e nessa qualidade pertence ao domínio feminino” (Beltrão, 1982:76).

A pergunta sobre a constituição de tal tradição remeteria a um estudo tendo como unidade de análise a constituição dessa indústria no seu contexto social, como propõe Ruth Milkman, e não o mercado capitalista como um todo.

Na pesquisa em curso sobre divisão sexual do trabalho na indústria automobilística no Brasil observei que, em ao menos duas empresas situadas na região da Grande São Paulo, as mulheres concentravam-se originalmente em duas seções: tapeçaria e “chicote” (montagem do sistema elétrico).

Mas numa dessas empresas, quando foi absorvida por outra do ramo, a seção de tapeçaria foi masculinizada e a de chicote transferida para outra fábrica do grupo situada no Nordeste, onde trabalham mulheres. As razões alegadas para explicar as modificações invocam dois motivos:

1. A introdução de trabalho por turnos e a interdição do trabalho noturno para as mulheres;
2. Aproveitamento dos incentivos fiscais para instalações no Nordeste (em 1966).

Houve assim rompimento de sua tradição e manutenção segundo os interesses de maiores lucros e racionalização empresarial. Na outra empresa continuaram existindo as duas seções femininas, que não trabalham no turno após as 22 horas (embora os homens trabalhem), tudo parecendo indicar que nesse caso há um maior apego à tradição de trabalho feminino nas tarefas indicadas, embora, nesse momento da pesquisa, a hipótese de que a força de trabalho feminina ofereça outras vantagens de disciplinamento não possa ser afastada. Nos dois casos não se conhecem estratégias de resistência das mulheres pela manutenção de seu trabalho, o que toma a situação sensivelmente distinta daquela estudada por Ruth Milkman.

Em que se funda a tradição da divisão sexual das tarefas no nível do processo de trabalho? O trabalho pioneiro de Madeleine Guilbert apontou alguns critérios que definem os trabalhos femininos:

1. Menor intensidade de esforço físico;
2. Menor grau de dificuldade ou complexidade;
3. Caráter repetitivo mais nitidamente marcado;
4. Predominância de tarefas manuais;

5. Séries mais longas;
6. Necessidade de maior rapidez;
7. caráter mais sedentário.

Alguns desses critérios podem ser discutíveis. Assim, o menor grau de complexidade não parece ser pertinente para qualificar algumas tarefas de montagem de sistemas elétricos realizadas por mulheres. O que parece acontecer é que, uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como “menos complexa”. Alguns exemplos históricos são significativos: as mulheres teriam substituído os homens na tecelagem de algodão porque era uma “ocupação que não requeria nem habilidade, nem atenções especiais” (Marglin, 1980). Com a concorrência feminina, os homens mobilizaram-se “para não permitir que mulher alguma aprendesse o ofício”. Marglin observa que essa “ação não teria sido necessária, se a força ou a habilidade exigidas estivessem além das possibilidades femininas” (1982:48). A especialização restrita, seja ela fundada no gênero ou na “qualificação”, obedece frequentemente a restrições e obstáculos artificiais. Por outro lado, alguns dos critérios “naturais” são também discutíveis. A decantada *rapidez* na execução de tarefas é muitas vezes consequência de um alto grau de disciplinamento do corpo das mulheres e da ausência de resistência física como estratégia de resistência⁹.

As pesquisas questionam a existência de uma lógica da divisão sexual do trabalho no interior do processo de trabalho ou no mercado de trabalho. Tampouco as teorias sobre o mercado de trabalho dual, que distinguem dois segmentos no mercado de trabalho – o dos empregos estáveis, com altos salários e estrutura de carreira bem definida, característicos das grandes empresas, e o dos empregos instáveis, de baixos salários, sem carreira definida, característicos das pequenas empresas e onde se situam as mulheres – são suficientes para explicar o conjunto da problemática da divisão sexual do trabalho. Trazem um argumento para justificar o comportamento do mercado, mas não para entender a divisão sexual das tarefas (Hirata e Humphrey, 1984). Supostamente, a divisão sexual, construída fora do mercado de trabalho, no trabalho doméstico, se refletiria no mercado de trabalho e no processo de trabalho e, uma vez superadas as condições desvantajosas de qualificação das mulheres, as leis neutras que regem as relações de trabalho prevaleceriam (Humphrey, 1984). Ora, a questão, como apontam Phillips e Taylor está no fato de que o sexo daqueles(as) que realizam as tarefas, mais do que o conteúdo da tarefa, concorre para identificar tarefas qualificadas ou não qualificadas (1980:85).

Divisão sexual do trabalho e práticas sociais

O aporte mais importante que as pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho trouxeram para as ciências sociais terá sido talvez o de apontar para a necessidade de uma metodologia que articule relações de trabalho e relações sociais, práticas de trabalho e práticas sociais.

As várias questões que a problemática da divisão sexual do trabalho suscita, envolvendo a dinâmica da força de trabalho feminina, os guetos ocupacionais, o mercado de trabalho, se de um lado nos levam à tentativa de pensar todas essas relações no feminino, de outro enfrentam obstáculos que retardam a construção da própria problemática, diluem as questões que devem ser colocadas, mascaram-nas.

Se o capitalismo depende de uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de gênero, de classe, de raças e das práticas sociais. A superposição e articulação de distintas esferas da prática social, muito mais do que lógicas inerentes ao capital, à estrutura da família ou ao Estado constroem as práticas, reproduzem-nas, reconstróem.

Pudemos suscitar ao longo desta análise várias questões a partir da abordagem da divisão sexual do trabalho na indústria:

- a) tanto no nível dos ramos industriais como no das tarefas no processo de trabalho, a divisão sexual do trabalho apresenta algumas constantes, inclusive em escala internacional;
- b) dentro de um quadro com alguns parâmetros fixos, os fatores conjunturais são relevantes. No caso da indústria automobilística no Brasil ocorreu, por exemplo, uma modificação das regras da divisão sexual do trabalho;
- c) as tradições de masculinização e feminização de profissões e tarefas se constitui, às vezes, por extensão de práticas masculinas e femininas: homens fazem trabalhos que exigem força, mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. Entretanto, mais do que a transferência das tarefas, são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social. Não existe forçosamente uma coincidência da divisão sexual do trabalho na esfera da produção e da reprodução, de tal forma que sempre as tarefas masculinas numa e noutra esfera tenham a mesma natureza. O mesmo ocorre com as tarefas femininas. A força de trabalho masculina aparece como força livre, a força de trabalho feminina como sexuada. Ou seja, as condições

de negociação da força de trabalho não são as mesmas, o que nos permite concluir pela sexualização da força de trabalho e consequentemente das relações e práticas de trabalho.

As pesquisas têm evidenciado as assimetrias entre qualificação masculina e feminina, promoção masculina e feminina, salários masculinos e femininos. Tudo indica que essas relações se *inter-sustentam*. Ou seja, nem as práticas produtivas determinam as trajetórias da força de trabalho masculina, nem as práticas reprodutivas determinam com exclusividade as trajetórias da força de trabalho feminina, mas essas trajetórias são resultado de múltiplas práticas construídas social e historicamente através de modos de vida, representações e estratégias de sobrevivência.

Se, por um lado, a identificação de práticas masculinas e femininas é pertinente para a análise das trajetórias de operárias, é certo também que a generalização desta traz o risco de velar a interdependência de trabalho masculino e feminino, de relações e práticas masculinas e femininas contidas no conceito de divisão sexual do trabalho, e introduzir uma dicotomia de funções e papéis que evacua justamente a problemática da *relação* na divisão sexual do trabalho.

Paul Veyne (1983:11) observa que a historiografia depende da problemática que formula e dos documentos de que dispõe, e que, quando a historiografia se encontra bloqueada, “isso se deve às vezes à falta de documentos, às vezes a uma problemática esclerosada”. E conclui que frequentemente “a esclerose sobrevém muito mais cedo do que o esgotamento dos documentos”. Essa parece ser a situação que enfrentamos face às teorias que trabalham, de um lado, com a neutralidade das relações sociais, de outro, com sua funcionalidade. Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, ao modificarem as questões que formulamos, abrem caminho para explorar outros campos das práticas sociais.

Notas

1. Em particular Phillips e Taylor (1982), Aguiar (1983), Bruegel (1982), Kergoat (1984), Chabaud (1984).
2. A reflexão original é de Heidi Hartman e está citada em Phillips e Taylor (1982: 81).
3. Diz Brisolla: “A recuperação da participação feminina na população economicamente ativa do secundário realiza-se através de seu crescimento às expressivas taxas de 10,7% ao ano para a indústria de transformação e 10,9% ao ano para o conjunto do setor, estabelecendo um contraste marcado com as cifras

relativas às décadas anteriores, de 2,3% e 2,5% anuais, respectivamente entre 1950 e 1970”. (Brisolla, 1982: 61)

4. Sobre a sexualização das ocupações no Brasil ver Bruschini (1978).
5. Sobre divisão sexual e divisão internacional do trabalho há vários estudos que permitem comparações – (Le Doaré, 1984; Milkman, 1982; Guzman, 1982; Villarespe, 1981; Elson e Pearson 1982, Bruegel, 1979).
6. Cf. a expressão de Elson e Pearson (1982): “Nimble fingers make cheap workers”.
7. Ver Kergoat (1982), Hirata e Humphrey (1984).
8. A expressão é título do livro *Le sexe du travail* (1984), vários autores.
9. A resistência à usura pelo trabalho através do absenteísmo, da rotatividade, da intermitência no mercado de trabalho, e ligados aos projetos de vida de operários e operárias para fugirem a seu destino social de máquinas produtivas é o objeto de um belo estudo de Alain Cottureau (1983).

Referências bibliográficas

- Aguiar, Neuma (1983). “Mulheres na força de trabalho na América Latina”, *BIB* 16.
- Beltrão, Jane (1982). “Mulheres de castanha — um estudo sobre o trabalho e o corpo in Bruschini, Rosemberg (org.), *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Brisolla, Sandra (1982). “Formas de inserção da mulher no mercado de trabalho: O caso do Brasil”, Tese de Doutorado, Unicamp.
- Bruegel, Irene (1979). “Women as a reserve army of labor: a note on recent British experience”, *Feminist Review* 73.
- Bruschini, C. (1979). “Sexualização das ocupações: o caso brasileiro”, *Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, 28.
- Chabaud, D. (1984). “Problématique de sexe dans les recherches sur le travail et la famille”, CNRS, (mimeo).
- Combes, D. e Haicault, M. “Production et reproduction, rapports sociaux de sexe et de classe”, in *Le sexe du travail*, Grenoble, PUG.
- Cottureau, Alain (1983). “Usure au travail, destins masculins et destins féminins dans les cultures ouvrières en France au XIX siècle”, in *Le Mouvement Social*, 124.
- Elson, Diane; Pearson, Ruth (1981). “Nimble fingers make cheap workers: an analysis of women’s employment in the third world export manufacturing”, in *Feminist Review*, 7.
- Gitahy, L; Hirata H; Souza-Lobo E; Moyses R, (1982). “Operárias: Sindicalização e reivindicações 1970-1980”, in *Revista de Cultura e Política*, 8.

- Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail (1984), texto coletivo, (mimeo).
- Guilbert, Madeleine (1966), *Les fonctions des femmes dans l'industrie*. Paris, La Haye, Mouton.
- Guillaumin, Colette (1978). "Pratique du pouvoir et idée de nature(l). L'appropriation des femmes" in *Questions Féministes*, 2, 1978.
- Guzman, Virginia, (1982). "La mujer en la industria electronica", Lima, Peru, (mimeo).
- Hirata; Humphrey, (1984). "Hidden inequalities: women and men in the labor process", (mimeo).
- Humphrey, John (1984a). "Trabalho feminino na grande industria paulista", *Cadernos CEDEC*, 3, São Paulo.
- _____ (1984b). "Gender, pay and skill: manual workers in Brazilian industry, (mimeo).
- Kergoat, Daniele (1984). "Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation", in *Le sexe du travail*, Grenoble, PUG.
- Le Doaré, Hélène (1984). "Division sexuelle et division internationale du Travail. Reflexions à partir des usines d'assemblage (Mexique-Haiti)", in *Le sexe du travail*, Grenoble, PUG.
- Madeira, Felícia; Singer, Paul (1975). "Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil 1920-1970," in *Cadernos CEBRAP*, 13.
- Marglin, Stephen (1980). "Origem e funções do parcelamento das tarefas (para que servem os patrões?)" in Gorz, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes.
- Phillips, Anne; Taylor, Barbara (1980). "Sex and skill: notes toward a feminist economics", in *Feminist Review*, 6.
- Saffioti, Heleieth (1981). *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo, Hucitec.
- Souza-Lobo E.; Higgs (1983). "As operárias, o sindicato e o discurso sociológico," ANPOCS, GT "Mulher na força de trabalho", (mimeo).
- Vandelac, Louise (1981). "...Et si le travail tombait enceinte??? Essai féministe sur le concept de travail", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XIII, 2, 1981.
- Villarespe, Verónica (1981). "El proceso de trabajo en las maquiladoras de exportación. (El caso de CRESCENT-Zacatecas, SA)", UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, (mimeo).
- Veyne, Paul (1983). *O Inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo, Brasiliense.

Do desenvolvimento à divisão sexual do trabalho

– estudos sobre os "trabalhos das mulheres"*

Os "trabalhos das mulheres" foram tema de pesquisas, seminários e polêmicas apaixonadas na América Latina desses últimos dez anos. Abordagens, tensões e revisões se sucederam. Delas recolhemos uma razoável quantidade de informações que nos permitem hoje compor um quadro aproximativo, ainda que parcial, das práticas e relações quase sempre invisíveis do trabalho feminino na América Latina.

O objetivo desta comunicação é refazer alguns dos caminhos que orientaram nossas pesquisas: as abordagens centradas nas problemáticas dualistas – mulher e desenvolvimento, mulher e dependência, modernização e marginalização – para situar a emergência e a extensão da problemática da divisão social, sexual e internacional do trabalho em países da América Latina, articulada à questão da subordinação das mulheres à hierarquia de gêneros.

Essa sistematização é o resultado parcial da reflexão que fizemos, um grupo de pesquisadores/militantes em torno da pesquisa sobre as mulheres e pesquisa feminista na América Latina, em Montevidéu, Uruguai, em dezembro de 1984. É mais um balanço de problemas do que um inventário, mais uma exposição do que a conclusão. Está ainda incompleta, faltando analisar as pesquisas sobre os trabalhos das mu-

* Apresentado no painel "Balance and perspectives on research on women's issue during the decade", coordenado por Suzana Prates (GRECMU-Uruguai), na Conferência Mundial do Decênio das Nações Unidas Para a Mulher, organizada pelas Organizações Não Governamentais, Nairóbi, Quênia, julho de 1985.

lheres no campo, fundamental em muitas realidades latino-americanas. Por isso não se pretende aqui chegar a um resultado definitivo, mesmo porque se parte da infinita heterogeneidade das realidades latino-americanas. *"Vamos a no llegar, pero vamos a ir."*

Na América Latina dos anos 1960 e de parte dos 1970, a ideia de que as sociedades com "participação limitada", marcadas por baixas taxas de crescimento econômico e profundas distorções na distribuição da renda (CEPAL, 1969), designavam às mulheres um papel subordinado na sociedade se contemplava com a tradição economicista, presente no discurso das Ciências Sociais, que deduzia da subordinação econômica a subordinação das mulheres.

A assimetria nas relações de trabalho, masculinas e femininas, era frequentemente percebida como geradora de subordinação das mulheres nas diferentes relações sociais. Por sua vez, essa não parecia ser uma problemática legítima. Os trabalhos das mulheres eram pensados ou no marco teórico do "subdesenvolvimento", que diagnosticava "um dualismo social" nas sociedades latino-americanas, divididas em setor tradicional e moderno (Frank, 1967) ou no quadro da dependência estrutural que analisava o desenvolvimento latino-americano, salientando que "el modo de integración de las economías nacionales al mercado internacional supone formas definidas y distintas de interrelación de los grupos sociales de cada país entre sí y con los grupos externos" (Cardoso e Faletto, 1969:28).

As diferentes abordagens guardavam pontos em comum, originados do privilegiamento da explicação estrutural na análise do trabalho feminino e na referência às dicotomias tradicionalismo-modernização, subdesenvolvimento-desenvolvimento. Segundo essa lógica, a subordinação das mulheres, própria às sociedades tradicionais e/ou subdesenvolvidas se resolveria pela modernização/desenvolvimento das forças produtivas. Ou, ao contrário, a modernização e o desenvolvimento capitalista acentuariam a subordinação das mulheres na sociedade de classes.

Talvez seja importante e sugestivo entender o contexto em que as pesquisas sobre os trabalhos das mulheres se realizaram na América Latina. "Num continente em que a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a extrema concentração da renda, a ausência de liberdades civis, a exploração são questões principais porque atingem uma imensa maioria da população, a discriminação sexual em todos os seus aspectos, da forma como era apontada pelas feministas norte-americanas e europeias de classe média, poderia ser facilmente relegada a questão secundária" (Navarro, 1979:114). Visto na perspectiva latino-americana, "o mal-es-

tar" das mulheres latino-americanas parecia ter como causas exclusivas as desigualdades sócioeconômicas, ainda que este "mal-estar" cedo se traduzisse numa "tensão" presente nas pesquisas em que as pesquisadoras permaneciam dilaceradas entre o diagnóstico da subordinação das mulheres na produção e de que o desenvolvimento pudesse por si só resolver as desigualdades entre os sexos (Stolcke, 1983).

Não menos significativo seria reconstituir a trajetória das mulheres que, nesse período, emergiram como agentes políticos, desenvolvendo discursos feministas, tratando de articulá-los com as questões locais, próprias às sociedades latino-americanas. Isso porque a emergência dos discursos feministas, mesmo se frequentemente restrita aos grupos de intelectuais, às acadêmicas e/ou militantes políticas, coincide com a participação das mulheres nas lutas pelas liberdades democráticas (no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile), nas lutas pela moradia e por melhores condições de vida (no Peru e no Brasil), no movimento operário e camponês (na Bolívia).

Assim, os caminhos do feminismo latino-americano, desde seu início, são atravessados pela emergência das mulheres como novos agentes sociais, mesmo quando isso se dá a partir da situação tradicional de mulheres, mães, donas de casa, portadoras dos valores da paz e dos sentimentos humanistas face aos senhores do poder e da guerra.

Mas, se de um lado as mulheres estão presentes na cena social, o discurso das ciências sociais ignorou-as como objeto de investigação. Isso porque as insuficiências do instrumental teórico para a análise de trabalho no feminino, da dinâmica do mercado formal e informal quando se busca pensar os trabalhos das mulheres latino-americanas não são fruto apenas de sua inadequação para pensar as idiossincrasias do capitalismo periférico.

Se é certo que tanto no discurso econômico como no capital as categorias são sexualmente cegas, é evidente que, para que as relações de trabalho sejam perceptíveis quando no feminino, torna-se necessário instituir novas categorias que deem conta das relações invisíveis entre sexo e trabalho. E é aqui que a construção de novas problemáticas, tratando de articular a subordinação no trabalho e a hierarquia de gêneros, se faz necessária. É o momento das rupturas teóricas, para as quais os movimentos de mulheres, as novas práticas sociais e o desenvolvimento de reflexões feministas contribuem.

Se a eliminação das mulheres como sujeito social e histórico está na raiz e é parte integrante do discurso econômico (Vandelac, 1982) e o discurso econômico está construído para ser geral, o problema que se

coloca sistematicamente para a pesquisa sobre o trabalho das mulheres é o de evitar a armadilha da dicotomia entre análise de relações ditas gerais e de relações ditas “específicas”, como se existissem relações de trabalho neutras e relações de trabalho no feminino.

Creio que, de certa forma, os enfoques que tentaram isolar a dinâmica da participação das mulheres na força de trabalho na América Latina traziam subjacente a ideia da “especificidade” das mulheres numa relação de trabalho “geral”.

Mais particularmente a hipótese da marginalização da força de trabalho feminina na industrialização capitalista coincide com a ideia da dicotomia integração-participação das mulheres no capitalismo (Saffioti, 1976). Da mesma forma, a hipótese da marginalização da força de trabalho feminina na industrialização capitalista retoma a ideia da marginalização social das mulheres e parece o corolário da tese sobre a marginalidade inevitável de setores da população não integráveis às relações capitalistas.

Na sua diversidade, as pesquisas sobre trabalhos femininos na América Latina apontaram para uma questão fundamental: a extrema heterogeneidade, regional e nacional, das experiências de trabalho das mulheres latino-americanas (Stolcke, 1983). Observou-se a permanência de ocupações tradicionalmente femininas: trabalho doméstico, remunerado ou não, trabalho domiciliar ao lado de processos clássicos de proletarização.

Por um lado, formas de organização da produção aparentemente destinadas ao desaparecimento são recriadas: é o caso do trabalho domiciliar nas manufaturas de calçados para exportação no Uruguai (Brates, 1984) ou na indústria do vestuário no Brasil (Paiva Abreu, 1980). Por outro lado, as transformações tecnológicas mudaram a natureza das tarefas na indústria e no setor terciário (Acero, 1983; Argenti, 1984) e reordenam as funções (Souza-Lobo, 1984). É o próprio conceito de trabalho e não trabalho (Jelin, 1977) para poder dar formas de atividades desenvolvidas pelas mulheres em casa (Aguilar, 1984).

As hipóteses generalizadoras sobre “a crescente marginalização de mulher por parte do modo de produção capitalista” (Saffioti, 1981:14) se veem contestadas. No caso brasileiro, essa afirmação fundava-se na análise da diminuição da força de trabalho feminina na indústria têxtil durante os anos 1950, 1960 e 1970. No entanto, esse é um caso particular em que as transformações tecnológicas reordenam a divisão sexual do trabalho (Acero, 1984). Nos outros setores da indústria, ocorre o contrário: durante a década de 1970 cresce a ocupação feminina e muda

qualitativamente, penetrando em setores novos: metalurgia, farmacêutica (Gitahy *et alli*, 1982; Humphrey, 1984; Bruschini, 1985).

Assim, no Uruguai observa-se um aumento da participação feminina nas atividades econômicas, mas um decréscimo na indústria, certamente relacionado com as transformações ocorridas na economia uruguaia nos anos 1970 e início de 1980 (Melgar e Teja, 1984).

Também no que diz respeito às hipóteses sobre a diminuição do trabalho feminino no campo, com a capitalização da agricultura (Madeira e Singer, 1975; Deere, 1977), há hoje um consenso mais amplo de que se verifica, isto sim, uma reordenação das relações de trabalho segundo o sexo e que as mulheres deixam de trabalhar nas pequenas propriedades camponesas pelo trabalho como assalariadas nas grandes plantações (Stolcke, 1983).

As tentativas de compreender as razões desses processos suscitam vários níveis de questionamento. Em primeiro lugar, as hipóteses fundadas numa lógica capitalista geral que marginalizaria o trabalho feminino são insuficientes para dar conta dos vários casos mencionados. Em segundo lugar, a maior ou menor participação no mercado de trabalho não elimina a subordinação social das mulheres, evidenciada nas próprias relações de trabalho, baixos salários, persistência da segregação ocupacional. Em terceiro, evidencia-se a insuficiência e inadequação dos métodos e dos conceitos tradicionais no discurso econômico e das ciências sociais para avaliarem as modalidades dos trabalhos das mulheres (Madeira, 1978).

Divisão sexual do trabalho e sexualização das ocupações

As pesquisas que tentavam explicar as formas e relações dos trabalhos das mulheres a partir da estrutura do “modo de produção” apontam justamente para a heterogeneidade dessas formas e relações, para sua historicidade em contraposição a toda tentativa de dedução estrutural.

Ainda que centrada nas causas e efeitos do desenvolvimento sobre os trabalhos femininos, Boserup (1970) já apontava para a importância do sexo como fator na divisão do trabalho e para a explicação biológica e naturalizante que envolve essa determinação fundamental nas relações de trabalho. No entanto, como apontam Beneria e Sen (1982), Boserup não analisa as determinantes da divisão sexual mais além das opções de homens e mulheres ou da tendência das mulheres à submissão e aceitação de baixos salários.

A constituição dessa problemática passa pela afirmação da necessidade de integrar a análise das esferas produtivas e reprodutivas para se entender a sexualização do trabalho de homens e mulheres. Há aqui

uma diferença com relação às abordagens centradas no tema das mulheres e o desenvolvimento, na medida em que já não é o estágio das forças produtivas que determina a subordinação das mulheres no trabalho, mas as próprias relações de trabalho que são sexualizadas e vistas como portadoras da hierarquia de gênero.

A importância dessa problemática reside em dois aspectos:

1. Permite romper a dicotomia capitalismo-trabalho feminino, integração ou marginalização, propondo-se a articular, de um lado, as estratégias capitalistas que incidem sobre o sexo do trabalho e, de outro, as formas da reprodução social que perpetuam ou rompem as relações de trabalho;
2. Aponta para a extensão da segregação ocupacional e da segregação de tarefas no processo de trabalho.

Observa-se com nitidez na América Latina a divisão entre trabalho masculino, predominante no setor chamado "formal", e feminino, no setor "informal" da economia. As causas dessa divisão apontam para a importância das tarefas "reprodutivas" assumidas pelas mulheres, que determinam a necessidade de conciliar emprego e trabalho doméstico no agrupamento familiar. Mas um segundo nível de argumentos começa também a ser analisado: as repercussões das funções reprodutivas, a naturalização e identificação das mulheres como responsáveis pela família e os filhos para a construção de sua identidade de trabalhadoras. Assim, as tarefas das mulheres no setor "informal" são efetivamente formalizadas, apenas as regras são outras e se adaptam a esse tipo particular de oferta de mão de obra, reproduzindo suas características. Por outro lado, as pesquisas mostraram a importância do trabalho doméstico feminino. Esse fenômeno tem raízes na debilidade das instituições da sociedade destinadas à sua reprodução e no distanciamento do Estado face à sociedade. Assim, de um lado, a sociedade não se oferece organização social e o Estado não assume tampouco as responsabilidades sociais que caracterizam o chamado Estado do bem-estar social. Esse fenômeno provoca uma divisão de tarefas em que as mulheres assumem efetivamente a reprodução social, seja sob a forma de trabalho doméstico não remunerado, seja de trabalho doméstico remunerado.

A dupla importância dessa atividade para a reprodução social e como estratégia de sobrevivência das mulheres das classes populares tem sido amplamente discutida (Todaro, 1985; Jelin, 1978).

As pesquisas apontam que em várias cidades latino-americanas o total de mulheres que trabalham como empregadas domésticas alcança

até 30% do total da força de trabalho feminina (CEPAL, 1984), em Santiago do Chile, em 1982, correspondem a 23,3% da força de trabalho feminina e em São Paulo, em 1982, constituem 20% da PEA feminina (Bruschini, 1985).

No trabalho doméstico, identificado e naturalizado como papel feminino e não como trabalho (Todaro, 1984), a subordinação das mulheres enquanto gênero se realiza em sua plenitude. O trabalho doméstico não assalariado não é considerado trabalho e o trabalho doméstico assalariado é considerado um trabalho particular em que as relações não são regulamentadas da mesma forma que nas outras relações de empregos. Assim, a legislação brasileira não assegura às trabalhadoras domésticas os mesmos direitos que aos(as) outros(as) trabalhadores(as). As relações no trabalho doméstico são pensadas como formas específicas onde se daria uma apropriação pessoal identificando trabalho doméstico assalariado com o não assalariado, isto é, com o serviço reprodutivo familiar. A integração deste "não trabalho às estratégias de sobrevivência das mulheres nas famílias" constitui uma contribuição da pesquisa feminista.

Um outro aspecto importante no que se refere aos trabalhos das mulheres na América Latina, remete à concentração do trabalho feminino no setor terciário (Bruschini, 1978). Os critérios que determinam a divisão sexual de ocupações nesse caso remetem tanto ao nível das representações simbólicas que identificam as mulheres aos serviços sociais (educação, saúde, assistência social) quanto à desqualificação e fragmentação no processo de trabalho (setor bancário). Observa-se que, particularmente no setor bancário, a introdução de novas tecnologias (Argenti, 1984) deverá afetar consideravelmente o emprego feminino.

A sexualização das ocupações passa também por um outro recorte: o do setor público e privado. Em muitos países da América Latina assinala-se a importância do Estado como gerador de emprego (Argenti, 1984). As razões desse processo são ainda pouco analisadas, mas um estudo recente (CEPAL, 1985) relaciona a concentração feminina no setor público com a maior estabilidade oferecida no emprego público para as mulheres: o respeito às legislações sobre a maternidade, a não discriminação com as trabalhadoras que têm filhos etc.

A concentração das mulheres trabalhadoras nos serviços domésticos e no setor terciário em países da América Latina coloca duas questões:

1. As relações entre a dinâmica do mercado de trabalho e as práticas sociais das mulheres. Por um lado, as necessidades familiares determinam estratégias de sobrevivência em que as mulheres buscam no mercado de trabalho ocupações marcadas pela repre-

sentação de ocupações femininas que ao mesmo tempo possibilitam integrar atividade doméstica e atividade assalariada;

2. A precariedade das formas socializadas de reprodução social no nível da sociedade e do Estado reforçam o papel das mulheres nessa esfera sob um duplo aspecto: para as mulheres dos setores populares, o trabalho doméstico é estratégia de sobrevivência ao mesmo tempo em que se cria uma demanda privada de serviços domésticos assalariados.

A divisão sexual do trabalho na indústria

Na década de 1970 processa-se em alguns países da América Latina uma reformulação das estratégias de desenvolvimento industrial com a expansão de ramos de indústria que, por sua vez, provocam uma reorganização nas modalidades de divisão sexual do trabalho. Em São Paulo, em 1976, 30% de todo o emprego feminino nas indústrias de transformação localizavam-se em quatro setores metalúrgicos, enquanto 39% dos empregos femininos provinham dos setores têxtil, vestuário e produtos alimentares (Humphrey, 1984; Souza-Lobo, 1984).

Assim, de um lado observam-se modificações importantes no nível da organização do capital e de outro, reformulações nas práticas ocupacionais das mulheres. Trata-se, pois, de integrar os dois tipos de fatores rompendo as análises dualistas e articulando os fatores econômicos que influenciam a posição das mulheres na hierarquia da produção e os não econômicos, que operam de forma autônoma – as práticas das mulheres nas famílias, suas práticas com relação ao trabalho e aos empregos.

Os fatores econômicos implicam basicamente modificações no processo de trabalho onde a desqualificação e fragmentação de tarefas coincidem com a expansão do emprego feminino (Stolcke, 1981; Benneria, 1983). No caso brasileiro, o crescimento da oferta de emprego feminino nos anos 1970 pela expansão de ramos industriais, que tradicionalmente empregam mulheres, coincide com uma relativa escassez de mão de obra nos centros onde a expansão era mais acelerada – como no caso de São Paulo. Ao mesmo tempo, observa-se, no caso brasileiro, a degradação do salário mínimo e a conseqüente reformulação das estratégias de sobrevivência familiar: mulheres e menores integram-se ao mercado de trabalho industrial.

As pesquisas (Melgar e Teja, 1984; Souza-Lobo, 1984) mostram que a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições

que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina de trabalho. No caso brasileiro, as tarefas femininas são consideradas desqualificadas, os salários femininos são 50% inferiores aos salários masculinos (Souza-Lobo, 1984; Humphrey, 1984; Humphrey e Hirata, 1984). Os estudos de casos nas fábricas apontam também as características de disciplinamento das operárias, baseados na representação da docilidade das mulheres e que encontra formas quase sempre invisíveis de resistência (Gitahy *et alli*, 1983).

Por outro lado, a descentralização da organização capitalista da produção através da fragmentação de desterritorialização do processo de trabalho em unidades situadas em espaços distintos institui novas formas de divisão sexual do trabalho dentro de fronteiras nacionais ou em nível internacional.

O fenômeno é particularmente importante no México, onde aproximadamente 75% da força de trabalho nas chamadas indústrias “maquiladoras” é feminina (Fernandes, 1982), no Haiti e no Caribe, no Uruguai e no Brasil, onde a fragmentação do processo de trabalho se dá no interior do país.

Essa nova estratégia capitalista parece encontrar nas mulheres uma força de trabalho jovem e dócil, disposta a trabalhar ganhando baixos salários, sem tradição sindical. Os objetivos econômicos integram as práticas sociais das mulheres onde a dependência do grupo familiar é dominante e justifica os baixos salários de apoio – a precariedade das relações de emprego fazendo parte do caráter provisório do emprego feminino (Safa, 1979).

A divisão sexual do trabalho se estende em nível internacional – é o caso das “maquiladoras”, em que as mulheres mexicanas montam peças para indústrias americanas do ramo eletroeletrônico ou de vestuário. Aqui a desterritorialização no processo de trabalho aparece claramente como uma forma de expropriação do saber e controle das trabalhadoras face ao seu trabalho. Também, a partir da individuação da força de trabalho se constrói uma força de trabalho coletiva e sexuada, sem identidade profissional, que produz um produto final que não conhece. As condições ótimas de produtividade são socialmente recriadas através da hierarquia de gêneros, que faz das mulheres trabalhadoras “dóceis”, “baratas”, “disciplinadas”.

Outra modalidade da fragmentação do processo de trabalho passa pela combinação do trabalho domiciliar – trabalho industrial. A pesquisa de Fernandes (1982) aponta que, no México, das 19,4% mulheres empregadas na indústria, apenas 0,7% trabalham como operárias diretas.

O trabalho em domicílio no setor industrial é objeto de várias pesquisas: no Brasil, Paiva Abreu (1980) pesquisou a indústria de confecção; no Uruguai, Prates (1984) estudou a expansão domiciliar na indústria de calçados para exportação. Diz Prates: “en el marco de la política económica del regimem militar, se buscó reinsertar el Uruguay en la división internacional del trabajo como plataforma exportadora de manufacturas” (Prates, 1984).

Os empresários da indústria de calçados se beneficiaram de facilidades para importação de maquinaria e rebaixamento dos salários. O setor passou a empregar massivamente mulheres trabalhadoras.

Aqui a combinação da estratégia capitalista com as práticas sociais femininas é claramente visível. A pesquisa de Suzana Prates mostra como a utilização do trabalho em domicílio recupera as estratégias familiares em que as mulheres tentam combinar o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, especialmente o cuidado dos filhos. O *putting out system* é revivido como estratégia do capital e as características próprias à força de trabalho feminina são manipuladas em benefício, mais uma vez, dos patrões.

Por outro lado, também as mudanças tecnológicas ocorridas nos países latino-americanos nos últimos anos repercutem sobre a divisão sexual do trabalho. A pesquisa de Acero (1984) sobre o impacto de novas tecnologias na indústria têxtil brasileira aponta para uma redução proporcionalmente maior no emprego feminino em comparação com o emprego masculino nesse ramo. A modernização atinge basicamente funções realizadas por trabalhadoras, como operadoras de máquinas e auxiliares na fiação. Com as novas máquinas, a função de operadora passa a ser exercida por ambos os sexos e a função de auxiliar é reduzida, mas permanece feminina. Nessa função, ainda que realizando a mesma tarefa do operador, a auxiliar recebe um salário inferior em dois terços ao salário do operador (Acero, 1984:71).

As mudanças tecnológicas foram aceleradas na década de 1980 com o período de crise. Nesse aspecto, as pesquisas são ainda insuficientes para diagnosticar seu impacto sobre a divisão sexual do trabalho e sobre os trabalhos das mulheres em particular. Se, por um lado, alguns estudos de caso indicam que a divisão sexual das tarefas pode servir como um

¹ fator de proteção do emprego feminino na medida em que as tarefas fe-

mininas e masculinas são reduzidas mantendo-se as proporções (Hirata e Humphrey, 1984). Por outro lado, os mesmos pesquisadores apontam que a crise intensificou o controle social através das ameaças diretas de demissões para intensificar o rendimento da mão de obra e que nos critérios de demissão há uma discriminação em favor dos homens chefes de família e com filhos, favorecidos com maior estabilidade.

No caso das operárias, os critérios de demissão são menos definidos, não sendo possível apontar se as dispensas discriminam mais as trabalhadoras casadas, com ou sem filhos, ou as solteiras.

Um outro dado interessante, fornecido por uma pesquisa realizada na Grande São Paulo, indica que nos últimos três meses de 1984 as taxas de desemprego oculto² masculino e feminino são quase idênticas (5,4% para os homens e 4,8% para as mulheres), enquanto a taxa de desemprego aberto³ é significativamente mais alta para as mulheres (10,1%) que para os homens (5,6%). Isso pode significar que a crise reestrutura as estratégias de sobrevivência das famílias e que há mais mulheres procurando emprego (Soares, Souza-Lobo, 1985).

A mesma pesquisa (Seade-Dieese, 1985) aponta que as taxas de desemprego total feminino no trimestre fevereiro-abril de 1985 é superior (18,1%) à taxa masculina (11,8%) e atinge mais intensamente os chamados “não chefes de domicílio” (20,4%), isto é, majoritariamente mulheres, do que os “chefes de domicílio” (6,1 %)⁴. Os dados não desagregados impedem relacionar taxas de desemprego por sexo com posição na ocupação, mas é possível observar que as porcentagens de desempregados com experiência anterior de trabalho atinge 10,3% nos serviços domésticos e entre assalariados em geral, 78,7%. Como as mulheres estão fortemente concentradas nos serviços domésticos, é possível formular algumas hipóteses:

1. As taxas de desemprego feminino são compensadas pelas baixas taxas de desemprego nos serviços domésticos. O desemprego pode atingir diferencialmente mulheres e homens nos diversos setores da atividade econômica;
2. As estratégias ocupacionais das mulheres devem sofrer modificações que compensem os obstáculos encontrados no mercado de trabalho reforçando a segregação ocupacional e a divisão sexual do trabalho;
3. A complexidade dos fatores para análise de uma só região aponta para a complexidade de análise para o conjunto da América Latina. Mais uma vez é a heterogeneidade o primeiro aspecto a ser considerado.

Divisão sexual do trabalho e hierarquia de gênero

A subordinação de gênero manifesta-se na divisão sexual do trabalho através das desigualdades de salários e da desqualificação das funções femininas.

Assim, o salário médio feminino no Uruguai em 1979 era aproximadamente 55% inferior ao masculino (Melgar e Teja, 1984:28). Os dados para São Paulo indicam que, em 1978, o salário médio feminino era igual ou inferior a 60% do salário médio masculino em todos os ramos industriais (Gitahy *et alli*, 1982). Ainda no Brasil, 29,2% da População Economicamente Ativa (PEA) feminina ganha entre um e dois salários mínimos (Bruschini, 1985) enquanto a faixa salarial que concentra mais homens (36,9% da PEA masculina) está situada entre dois e cinco salários mínimos (Bruschini, 1985). Outra pesquisa citada por Bruschini (1985) mostra que “a discriminação salarial contra a mulher é ainda mais evidente nas ocupações em que a participação feminina é maior. Entre professores(as) e empregados(as) nas ocupações domésticas remuneradas e de serviço, a mulher não chega a ganhar nem a metade do que ganha o homem”.

Em pesquisa realizada entre 1976 e 1980 nos estabelecimentos industriais com mais de 50 empregados em São Paulo, vê-se que 70% das operárias estão concentradas na produção e que entre elas 93,2% ocupam funções não qualificadas (Gitahy *et alli*, 1982).

A pesquisa pioneira de Madeleine Guilbert (1966) relacionava feminização com desqualificação: “a predominância das mulheres nos empregos que refletem em seu grau mais elevado as consequências da divisão e da simplificação do trabalho doméstico” (Guilbert, 1966:9). A explicação para este processo não se esgota no argumento de que o capitalismo persegue uma lógica de barateamento dos custos da força de trabalho visando aumentar seus lucros, e de que as mulheres, menos conscientes de seus direitos como trabalhadoras, menos participantes e politizadas, aceitariam salários mais baixos e substituiriam os homens operários. Ainda que essa substituição possa ocorrer, ela não pode ser fixada como regra geral, mesmo porque também a substituição da força de trabalho feminina pela masculina ocorre como vimos na pesquisa de Acero (1984).

O sexo do trabalho (Kergoat, 1982) pode se reproduzir por tradição cristalizada através da articulação de estratégias patronais e resistência operária (Milkman, 1982). A pergunta sobre a construção das tradições que fixam o sexo do trabalho, das ocupações ou das tarefas, remete, especialmente nas realidades heterogêneas da América Latina, à reconstituição tanto da história das trajetórias femininas e das tradições

e representações simbólicas, como do comportamento do mercado de trabalho e da dinâmica das relações capitalistas.

A questão colocada por Stolcke (1983) sobre se a divisão sexual do trabalho é causa ou efeito da subordinação das mulheres aponta para a insuficiência das explicações que se fundam exclusivamente no desenvolvimento econômico para analisar as práticas de trabalho das mulheres.

A divisão sexual do trabalho é também uma construção social e histórica. Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e das práticas sociais. O capitalismo na América Latina não criou a subordinação das mulheres, mas certamente as relações de produção e reprodução social são aqui também sexuadas e assimétricas, marcadas por uma hierarquia que subordina as mulheres e seus trabalhos.

Conclusões

Muito mais que um balanço das pesquisas sobre os trabalhos das mulheres na América Latina, esta é uma tentativa de discutir problemáticas e questões presentes em nossas pesquisas.

Alguns anos depois da crítica aguda e pertinente de Marysa Navarro (1979) sobre o economicismo da pesquisa sobre mulheres na América Latina, como ela própria apontava naquele momento, “há indícios de que talvez algumas mudanças se esboçam” (Navarro, 1979:120).

As pesquisas sobre a divisão sexual, social e internacional do trabalho mostram que as modalidades de subordinação das mulheres nas suas experiências de trabalho são múltiplas e o ponto comum é justamente a persistência da subordinação. As práticas sociais, familiares, culturais e de trabalho das mulheres são simultaneamente aproveitadas nas relações de trabalho propriamente capitalistas ou não, formais ou informais. Ao mesmo tempo, essas práticas são constantemente reformuladas pelas mulheres, como estratégias de sobrevivência, mas também como estratégias de resistência à dominação e à subordinação.

Parece hoje mais claro que, de um lado, as relações capitalistas expropriam o trabalho e os saberes de mulheres e homens de forma assimétrica, individualizando-as(os), dividindo-as(os). Por outro lado, as relações que se estabelecem entre homens e mulheres não são puro reflexo das relações econômicas, mas se traduzem em representações e símbolos com que homens e mulheres enfrentam sua vida cotidiana. São relações também assimétricas porque são assimétricas suas rela-

ções com a sociedade. São também relações de poder, regidas por leis e normas, tradições e hábitos.

A necessidade de superar o dualismo analítico apontado por Roldán (1984) que delimita as análises em termos de determinações e efeitos é hoje mais clara.

A primeira geração de feministas latino-americanas preocupou-se em saber se o trabalho liberaria as mulheres da miséria e da subordinação, se o “desenvolvimento” resgataria o “segundo sexo”. Dez anos depois vemos que tanto nos ciclos expansivos do capital como hoje no ciclo recessivo, a integração ao mercado de trabalho não eliminou a hierarquia de gênero. Mas, como observa Roldán (1984:24) em sua pesquisa, “o ingresso na ‘maquiladora’, embora reduzido, constitui uma mudança no controle mínimo de alguns espaços de interação conjugal”. Por outro lado, as modalidades de trabalho das mulheres, particularmente o trabalho domiciliar, implicam certo isolamento doméstico, a inexistência de oportunidade para socializar seu sentido individual de opressão privada e desenvolver uma consciência de gênero “comum” (Roldán, 1984:24). Ao contrário, mulheres, donas de casa, dispõem de espaços e tempos comuns nos bairros, que favorecem formas de consciência e práticas reivindicatórias, reorganizando as relações de poder na família, como acontece entre mulheres nos movimentos populares no Peru, Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e em quase todos os países da América Latina (Blondet, 1984; Bebb, 1984).

A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação de gênero dominação.

As pesquisas apontam as formas da subordinação das mulheres na América Latina, mas só as mulheres latino-americanas podem definir seu próprio caminho e conquistar sua utopia. “Não existem respostas simples para interrogações tão complexas” (Roldán, 1984).

Notas

1. García Lorca: «Así que pasen 5 años», citado por Vivian Motta. Montevideo, 11/12/1984.
2. Atinge pessoas que não possuem trabalho nem procuraram emprego nos últimos 30 dias, mas procuraram um ano antes.
3. Atinge as pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias.
4. A mesma pesquisa calcula em 14,2% a taxa total de desemprego para o trimestre fevereiro - abril de 1985.

Referências bibliográficas

- Aguiar, Neuma (1984). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis, Vozes.
- Argenti, Gisèle (1984). “*Reflexiones preliminares a cerca del impacto de las nuevas tecnologías en el empleo femenino*”, GRECMU, Seminario “Investigación feminista y investigaciones sobre la mujer en América Latina”. Montevideo.
- Acero, Liliana (1984). “*Technical changes in a new industrializing country. A case study of the impacts on employment and skills in the Brazilian textiles industry*”, Science Policy Research, Univ. of Sussex.
- Beneria, Lourdes e Sen, Gita (1982). *Desigualdad de clase y de género y el rol de la mujer en el desarrollo económico: implicaciones teóricas y prácticas*, in Leon, Magdalena (org.), *Sociedad, subordinación y feminismo*. Bogotá, ALEP.
- _____. (1982b). *Acumulación, reproducción y el papel de la mujer en el desarrollo económico: una revisión a Boserup in Leon, Magdalena (org.), Las trabajadoras del agro*. Bogotá, ACEP.
- Beneria, Lourdes (1983). “The Labor process and gender relations”, Social Science Research Council, Workshop on Social Equality and Gender Hierarchy, Cidade do México, (mimeo).
- Bruschini, Cristina. “Mulher e trabalho. Uma avaliação da década da mulher: 1975 a 1985”, (mimeo).
- Cardoso, F. H. e Faletto, E. (1969). *Dependencia y Desarrollo en América Latina*. México, Siglo XXI.
- CEPAL (1969). *El Pensamiento de la CEPAL*. Santiago, Editorial Universitaria.
- _____. (1984). *La mujer en el sector popular urbano*, ONU, Santiago.
- Blondet, Cecilia (1984). “Los movimientos de mujeres en Perú”. Lima, (mimeo).
- Deere, C. D. e Leon, M. (1982). “Producción campesina, proletarización y la división del trabajo en la Zona Andina” in Leon, M. (org.), *op. cit.*
- Fernandes, Maria Patrícia (1982). “La maquiladoras y las mujeres en ciudad Juárez (Mexico): Paradojas de la industrialización bajo el capitalismo integral” in Leon, *op. cit.*
- Frank, A. G. (1969). “Sociologie du développement et sous développement de la sociologie”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XLII.
- Gitahy, L., Humphrey, J., Lobo, E., Moyses, R. (1982). “Luttes ouvrières et luttes des ouvrières à S. Bernardo do Campo”, in *Cahiers des Amériques Latines*, 26, Julho-Dezembro.
- Guilbert, Madeleine (1966). *Les fonctions des femmes dans l'industrie*. Paris, La Haye, Mouton.
- Hirata, H. e Humphrey, J. (1983). *O emprego industrial feminino e a crise brasileira de 1983*, (mimeo).

- Humphrey, J. (1984). "Trabalho feminino na grande indústria paulista", in *Cadernos CEDEC*, 3, São Paulo.
- Hartman, Heidi (1979). "The unhappy marriage of marxism and feminism. Towards a more progressive union", in *Capital and Class*, 8.
- Jelin, E. (1978), "La mujer y el mercado de trabajo urbano", in *Estudios CEDEC*, vol. 1, nº 6.
- Kergoat, Danièle (1982). *Les ouvrières*, Paris. Le Sycomore.
- Leon, M. (1982), *Sociedad, subordinación y feminismo*. Bogotá, ACEP.
- Madeira F. e Singer, P. (1975). "Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil (1920-1970)", in *Cadernos CEBRAP*, 13.
- Madeira, F. (1978). "El trabajo de la mujer en Fortaleza», *Demografía y Economía XII*, 1.
- Melgar, A. e Teja, A. M. (1984). "Participación feminina e ingresos salariales femininos», GRECMU, Seminário "Investigación feminista y investigaciones sobre la mujer en America Latina". Montevideú.
- Navarro, Maryza (1979). "Research on Latin American women", in *Signs*, vol. 5, 1.
- Paiva Abreu, Alice (1980). *O trabalho industrial a domicílio na industria de confecções*. Tese de doutoramento, Departamento de Ciências Sociais, USP, (mimeo).
- Prates, Suzana (1984). "En el mundo nada se crea, nada se pierde, algo se transforma y algo sigue igual, GRECMU, Seminário "Investigación feminista y investigaciones sobre la mujer em America Latina". Montevideú.
- Roldan, Martha (1984). "Pautas de control del circuito monetario doméstico y formas de consciencia entre trabajadoras industriales domiciliarias de la ciudad de Mexico", GRECMU, Seminário "Investigación feminista y investigaciones sobre la mujer en América Latina". Montevideú.
- Safa, Helen (1979). "Multinational and employment of women in developing areas: the case of the Caribbean", Reunion Anual de la American Anthropological Association, Cincinatti.
- Soares V. e Lobo, E. (1985). "As trabalhadoras na CUT", (mimeo).
- Souza-Lobo, Elizabeth (1984). "A divisão sexual do trabalho e as ciências sociais". VIII Reunião Anual da ANPOCS, GT "A mulher na força de trabalho", Águas de São Pedro, (mimeo).
- Stolcke, Verena (1981). "Women's labours: the naturalization of social inequality and women's subordination", in Young G. K., Wolkowitz, C. e McCallgh, R. (orgs.). *Of marriage and the market*. London, CSE books.
- _____. (1982). "Los trabajos de las mujeres " in Leon, M. (edit.), *Sociedad Subordinación y feminismo*. Bogotá, ACEP.
- _____. (1983). *Position paper for the SSRC Workshop on social inequality and gender hierarchy in Latin America*, México.

Homem e mulher: imagens das ciências sociais*

Passado o tempo de um feminismo ingênuo em que a subjetividade revoltada substituía a teoria, passado o tempo de um feminismo político em que a pesquisa valia menos pelo rigor do seu método do que pelos objetivos que se colocavam, passado o tempo de pretensão de elaborar uma 'ciência feminina', passado o tempo da ilusão da novidade absoluta do feminismo, os caminhos abertos são ainda mais largos.¹

As abordagens do tema "mulheres" nas Ciências Sociais brasileiras têm sido analisadas sob vários ângulos: na sua articulação com os movimentos de mulheres e o feminismo dos anos 1970, como parte da renovação teórica representada pelos temas da heterogeneidade, tão caros a pesquisadores e pesquisadoras "marcados pelo fato de terem tido 20 ou 30 anos em 1968" (Lindemberg, 1986:30). Para o bem ou para o mal, a emergência da problemática das "relações de gênero"² aparece indissoluvelmente ligada ao feminismo enquanto prática, movimento, "teoria".

Minha preocupação neste artigo³ não é de fazer uma revisão bibliográfica, nem ainda um *échat des arts*, mas refletir sobre e através de uma abordagem das relações de gênero nas análises dos movimentos sociais.

* Publicado originalmente em *Mulheres, da domesticidade à cidadania - estudos sobre movimentos sociais e democratização*. E. M. de Oliveira (org.), ANPOCS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

Visibilidades e invisibilidades

A emergência dos movimentos de mulheres e das mulheres nos movimentos (Blay, 1984) se insere no cenário dos movimentos sociais que ocuparam o espaço social e político a partir da segunda metade da década de 1970.

Independentemente das polêmicas sobre a natureza dos movimentos sociais, em que estes são analisados ou como expressão de carências e necessidades geradas nos processos de urbanização em que o Estado aparece como agente fundamental (Jacobi, 1986) ou daquelas que colocaram os movimentos como formas geradas pelo fechamento dos espaços políticos tradicionais durante o regime autoritário (Moysés *et alli*, 1982) ou ainda como indícios de novas formas de organização e de relações sociais (Jelin, 1985), permanece a interrogação sobre as causas da participação das mulheres nos movimentos e não em outras formas de mobilização ou organizações. A questão é colocada quase exclusivamente em termos da natureza dos movimentos portadores de reivindicações, referindo-se às carências e necessidades de consumo de bens públicos e às questões reprodutivas (Durhan, 1984; Evers *et alli*, 1982:110). Mas a constituição dos movimentos implica também uma problematização do processo de formação do coletivo, o agenciamento de vontades para a formulação das demandas e as implicações desse momento em que, ao mesmo tempo, uma necessidade é interiorizada e se transforma em reivindicação, voltando-se para fora do indivíduo, estendendo-se como reivindicação coletiva que supõe interação e solidariedade. Assim, antes do movimento como ator coletivo, interessa-me o movimento como *movimento de agenciamento, de formação de um coletivo de homens e mulheres*, para iluminar, como quer Evers (1984), uma outra face do movimento: a formação de identidades, de sujeitos sociais e políticos.

Tanto quanto a formação histórica de uma classe trabalhadora não é o efeito de relações de produção (Thompson, 1979), a formação do movimento não é o resultado de uma relação causal, miséria-demanda ou opressão-reivindicação ou ainda inversamente: expansão de serviços públicos-necessidades; mas a formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passam pela construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento de uma coletividade. É desse processo que a análise da participação das mulheres nos movimentos pode ser reveladora.

Algumas falas de mulheres identificam os momentos de construção de identidade do grupo: "A gente tinha a parte de tricô ou crochê.

Depois que terminava, a gente lia a Bíblia e refletia. Cada uma lia um trequinho e a gente depois comentava de acordo com o que está acontecendo na nossa vida... Hoje nós batemos mais no Evangelho a partir das necessidades do bairro"⁴.

Por um lado, o bairro aparece como espaço em que se cruzam trajetórias e projetos, necessidades e vontades comuns. É muitas vezes para as donas de casa o único espaço de sociabilidade fora da família, e melhorar a vida implica para cada uma a melhoria da vida no bairro. Nesse sentido, a vida em construção nos bairros da periferia pode ser, ao mesmo tempo, a construção de um espaço privado e um espaço público: o espaço privado está configurado na casa própria, o espaço público, no bairro. A singularidade dessa convergência na construção de um espaço público e de um espaço privado para grupos sociais que se estão constituindo enquanto sujeitos coletivos, reconhecendo-se através de experiências e práticas comuns num espaço urbano, possibilita a emergência das mulheres. As condições de participação realizam-se pela formação de espaços em que as experiências individuais e coletivas são pensadas através das categorias que constituem o imaginário dessas mulheres, frequentemente enraizadas no discurso religioso.

Na fala das mulheres dos clubes de mães, o cotidiano aparece como espaço de reconhecimento das experiências e é dessa matéria que se constrói o envolvimento das mulheres. Não é só a natureza das reivindicações (próprias à reprodução e conseqüentemente próprias às mulheres), mas a modalidade de agenciamento coletivo que aponta para a construção de um campo social novo tanto quanto para a "reflexão sobre os atores e particularmente os atores dominados cujos movimentos impregnados de revolta e portadores de inovações constroem nossas sociedades (Wieworka, 1986:153). As formas de construção dos movimentos apontam para uma articulação do mundo privado sem o mundo público que rompe os modelos de fixação das mulheres nos espaços privados. A articulação entre vida privada, vida social e vida política se recoloca⁵.

O interesse em problematizar a constituição dos movimentos a partir de uma problemática de gêneros reside justamente no fato de que sob esse ângulo se coloca a questão das relações entre os sujeitos e as práticas sociais. A dinâmica dos movimentos não só rompe com as formas institucionais de reivindicação, mas rompe também com as formas internas de constituição dos grupos em ação na sociedade, estabelecendo novas relações entre indivíduos, grupos e sociedade.

A presença de homens ou mulheres nos movimentos é frequentemente analisada na perspectiva dos seus interesses:

- a) Questões ligadas à produção — homens;
- b) Questões ligadas à reprodução — mulheres.

No entanto, por um lado, cada vez mais a própria separação produção/reprodução é contestada e percebe-se a articulação entre práticas produtivas e reprodutivas (Hirata, 1986). Por outro lado, mesmo privilegiando uma representação masculina das lutas sindicais e uma representação feminina das lutas nos bairros, permanecem algumas questões não explicadas. Em primeiro lugar, ainda que as mulheres estejam sempre nos bairros, e frequentemente em condições precárias, nem sempre formulam reivindicações ou participam de movimentos. Assim, a emergência dos movimentos se dá no quadro de um campo em que coincidem momentos de formação de uma identidade de grupo, experiências individuais e coletivas da vida política, tradições e culturas atualizadas pela conjuntura. Em segundo lugar, a participação das mulheres está certamente ligada à dinâmica interna dos movimentos, à sua forma participativa, pelo menos inicial, que não supõe uma direção já hierarquizada e estabelecida como no movimento sindical.

Sobre isso diz Michèle Perrot: “as mulheres se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade ou mesmo na fábrica possuem outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência que desmontam a racionalidade do poder e que têm raízes no uso do tempo e do espaço que lhes são próprios” (Perrot, 1979:154).

Nesse sentido, a forma e a dinâmica dos movimentos têm a ver com a experiência dos sujeitos. Seguindo a linha de reflexão proposta por Laclau (1986:43), a categoria de sujeito deixa de ser uma “unidade racional e transparente”, as práticas masculinas ou femininas moldam e são moldadas nas formas dos movimentos. O sujeito deixa de ter a figura masculina, e coloca-se a questão de como o imaginário social vai incorporando as figuras das mulheres como sujeitos das lutas diante da multiplicação da presença feminina nos movimentos (Blay, 1984).

As intrusas

A reflexão sobre as relações de gênero nos movimentos sociais remete ainda à questão do deslocamento das fronteiras da vida política, à extensão da cidadania política através da proliferação de espaços políticos (Laclau, 1986:47).

Ao articularem as experiências da vida privada com a vida pública, nas lutas cotidianas, as mulheres questionam a hierarquia de gênero

não só no nível da família, mas no nível do discurso e nos espaços da política tradicional. Confrontado ao imaginário da mulher submissa e reclusa, se reforça a figura da “mulher do povo, rebelde” (Perrot, 1979). A emergência dessa rebeldia é também indicadora do esgotamento dos espaços políticos institucionais.

As conjunturas históricas em que surge a questão dos direitos da mulher ou da igualdade entre os sexos são marcadas pelos projetos de transformação social e política ou pelas grandes utopias revolucionárias (Perrot, 1979). Ao mesmo tempo, as mulheres desaparecem quando a ordem volta a reinar e a sociedade se disciplina. Assim, o mundo de cabeça para baixo de Christopher Hill (1987) se recompõe quando “os latoeiros que se haviam tornado pregadores retornaram a suas aldeias, ou como Burnyan foram para a cadeia...Fox impôs a disciplina aos quacres: esses sucumbiram à ética protestante. A propriedade triunfou. Os bispos retornaram à Igreja estatal, as universidades e os dízimos foram mantidos. As mulheres conheceram de novo o seu lugar” (Hill 1987:360).

As mulheres estiveram presentes nas lutas populares da revolução industrial e da revolução francesa, nos movimentos abolicionistas. A questão da “igualdade entre os sexos” atravessou as correntes anarquistas e socialistas, e a revolução russa. A revolução sexual e a liberação das mulheres ressurgiu nas utopias dos anos 1960. Os movimentos, como as revoluções, podem ser institucionalizados e perder sua radicalidade, mas o tema da hierarquia entre os gêneros emerge a cada vez que as sociedades se colocam em questão e discutem democracia e direitos.

O significado dos movimentos de mulheres, da participação das mulheres no conjunto dos movimentos sociais (Blay, 1984) e das correntes feministas surgidas no final da década de 1970 no Brasil é indicador de que novas formas de relações sociais, novas formas de pensar a política e de definir espaços de participação estavam em jogo.

Os estudos detalhados da dinâmica dos clubes de mães⁶ evidenciam um movimento de articulação entre vida privada e vida pública, e especificamente vida política, que me parece distinto de um processo de passagem de uma esfera para outra a partir de interesses que se manifestam por ciclos (Hirschmann, 1983). Essa articulação possui um duplo sentido na medida em que a luta pelas condições de vida e trabalho, ao instituir espaços e ao reformular hierarquias, coloca os temas políticos da participação e da representação, tanto quanto relaciona direitos sociais e políticos.

A singularidade dos movimentos, mesmo daqueles que são aparentemente redutíveis a reivindicações materiais, está em que também eles trazem embutido uma reformulação das práticas tradicionais de mu-

lheres e homens, dos espaços que ocupam na sociedade, das relações instituídas entre sociedade e Estado. Características que não lhes asseguram, evidentemente, nem êxito inevitável, nem duração eterna.

Tanto quanto a história do movimento operário não pode ser lida como “uma evolução linear e racional” rumo ao Paraíso, os movimentos de mulheres ocorrem em espaços e tempos atravessados pelas experiências⁷ cotidianas e pelas experiências históricas de vitórias e derrotas. As consequências e o alcance dos movimentos não se reduzem aos resultados imediatos, às reivindicações. Vários outros níveis necessitam ser analisados.

Num primeiro nível ocorrem modificações na esfera das relações familiares e da vida cotidiana, o que certamente gera novos *habitus*⁸ na construção social do gênero. Em segundo lugar, de forma difusa e ambígua, mas relevante, se constitui uma imagem das mulheres como personagens nos espaços públicos.

O exemplo do aumento do número de mulheres no Parlamento (3,7 vezes maior do que na legislatura anterior) é indicativo de transformações. Mesmo sendo ainda apenas 5% do total. De nove mulheres parlamentares na legislatura anterior, passou-se a 26. Tal fato reflete tanto o aumento da participação das mulheres na vida pública quanto uma nova imagem de que a mulher pode e sabe fazer política (Rodrigues, 1987:67). A mesma tendência, ainda incipiente, já aparecia nas eleições de 1982 (Blay, 1984).

Não é meu objetivo aqui deter-me na análise das relações entre mulheres, partidos, regiões, idade etc. Mas algumas das hipóteses válidas para o estudo dos movimentos apontam muitas questões embutidas nos resultados eleitorais: a relação entre o número de mulheres e o perfil do partido (relacionando mulheres candidatas e mulheres eleitas), e também com a natureza e as propostas dos partidos. A relação entre o perfil das eleitas e o perfil do eleitorado que as elegeu.

Mas o que resta saber é se, na eventualidade de um aumento significativo do número de mulheres no Parlamento, não se produzirá o discurso de uma crise do Legislativo que terá entre outras causas a sua feminização.

Isso porque as imagens dos gêneros masculino e feminino são também imagens de poder nos vários registros e discursos das sociedades. Michèle Perrot aponta as dificuldades das operárias em ter reconhecido seu direito ao trabalho na França do século XIX, onde também a feminização do setor terciário, particularmente dos escritórios, foi vivida como intrusão (Perrot, 1986:79). Resistências semelhantes quanto ao trabalho fabril podem ser observadas no sindicalismo brasileiro (Souza-Lobo *et alli*, 1987), e, sempre guardando as precauções necessárias à

reflexão sobre as relações de poder, a questão da inaptidão feminina é recorrente, tanto quanto da sua intrusão.

As mulheres nos movimentos invadem espaços políticos, as libertárias e feministas invadem os espaços públicos. Deslocam lugares e fronteiras, não sem resistência. Se para Flora Tristan foi difícil em 1843-4 entrar num café “club político” era porque isso estava em desacordo com a ideia de que lugares uma mulher poderia frequentar. Outro não deve ser o efeito de umas Ciências Sociais “(re) feminilizadas” e por isso mesmo enfraquecidas (Micelli, 1987) tal como aparece na recente produção científica brasileira.

Algumas conclusões impertinentes

Das reflexões sobre as relações de gênero, em particular nos movimentos de mulheres, duas ordens de conclusões se destacam:

A primeira delas remete às relações entre a emergência das mulheres nos movimentos e a conjuntura das transformações nas sociedades. Nesse sentido, a participação das mulheres nos movimentos está fortemente assentada nas ideias de igualdade de direitos que atravessam a história social.

A segunda ordem de questões destaca a particularidade dos movimentos como momentos de estruturação de novas relações entre vida pública e vida privada, e de novas configurações das relações de gênero nas relações sociais e políticas. Por suas conquistas, às vezes por sua simples presença, as mulheres nos movimentos subvertem a ordem dos gêneros vigente nos espaços da sociedade. Uma ordem que é material e fortemente simbólica, que distribui, através da história, lugares para homens e mulheres, que atribui qualidades e aptidões, estabelece hierarquias nessas mesmas qualidades, sejam elas consideradas naturais ou admitidas como construções sociais, sem serem no entanto questionadas.

Sobre as concepções das qualidades naturais de homens e mulheres, a história das ideias é rica. Perrot relembra Comte para quem existia “uma inaptidão radical do sexo feminino ao governo ainda que fosse de uma simples família” (Perrot, 1986:82). Mesmo sem voltar à biologização das diferenças que tanto marca os discursos sobre a divisão sexual do trabalho e sobre a prática política ou a prática científica, as imagens do masculino e do feminino não só consolidam diferenças, mas contêm hierarquias. Trazem marcas de força ou debilidade.

Os movimentos são laboratórios para analisar essas imagens, para fazer o estudo das formas em mudança das relações entre os sexos,

tanto na realidade social, quanto na imagem que cada sexo tem do outro (Hobsbawm, 1987:23).

Mas se essas imagens que atravessam a cultura de uma sociedade são também imagens de poder, a construção da problemática das relações de gênero remete necessariamente à inversão dessas imagens, às formas de confrontação. Assim, quando a participação das mulheres nos movimentos é atribuída a um prolongamento de sua atividade reprodutiva, ou simplesmente não é questionada, a continuidade ou invisibilidade também são imagens que colocam as mulheres nos seus lugares.

Ao contrário, a produção do conhecimento de um avesso, das mulheres fora do lugar, não pode cair na tentação de constituir um “corpus teórico”, uma ciência feminista em separado (Rogerat, 1986:1), quando justamente a problemática de gênero remete às relações de gênero enquanto relações sociais que atravessam a história das sociedades e das mentalidades.

“Não se trata de constituir um novo território que seria o da história das mulheres, uma concessão tranquila em que elas se expandiriam à vontade, ao abrigo de qualquer contradição; trata-se muito mais de mudar a direção do olhar histórico colocando a questão da relação entre os sexos como central. A história das mulheres, em suma, só é possível a este preço” (Perrot, 1984:15).

Notas

1. Louis, Marie-Victoire, (1986). “Recherches sur les femmes, recherches féministes” in Guillaumin, Marc (org.) *L'État de Sciences Sociales en France* Paris, Le Découverte, p. 460.
2. Utilizo o conceito de gênero como conjunto de representações sociais construídas a partir das condições biológicas das diferenças entre os sexos.
3. Este artigo retoma em parte a comunicação “Mulheres, feminismo e novas práticas sociais” apresentada no VI Seminário de Estudos Latino-Americanos, CLACSO/UFRGS, Porto Alegre, 1985, na perspectiva de um texto preparatório sobre o tema, inserido no projeto Movimentos Populares e Modernidade em elaboração pela área de sociologia/USP e Departamento de Ciências Políticas/Universidade de Quebec a Montreal.
4. Ver GEP/URPLAN – Rede Mulher. *Que história é essa? “Clube de mães e grupos de mulheres de São Paulo”*, nº 3, outubro de 1985.
5. Mantenho aqui as distinções tais como foram formuladas por Hannah Arendt em *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.
6. Ver GEP/URPLAN – Rede Mulher, *op. cit.*

7. O conceito de experiência está aqui utilizado com o significado que lhe atribui Thompson (1981: 15): «resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento».
8. Utilizo o conceito de *habitus* proposto por Pierre Bourdieu, como “sistema de disposições duráveis e transponível, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, princípios geradores de práticas e organizadores de práticas e representações...” in *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980, p. 88.

Referências bibliográficas

- Arendt, Hannah (1983). *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Blay, Eva (1984). *A participação da mulher na redemocratização*. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina.
- Cardoso, Ruth (1983). “Movimentos Sociais urbanos: Balanço Crítico”, in Sorj, Bernardo e Tavares de Almeida, M. H. (org.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense.
- Durhan, Eunice (1984). “Movimentos sociais – a construção da cidadania, *Novos Estudos CEBRAP*, nº10. Evers, Tilman (1984), “Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais”, *Novos Estudos CEBRAP*, nº4, vol.2, p. 11-13.
- Hill, Christopher (1987). *O mundo de ponta-cabeça – Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Hirata, Helena (1986). “Trabalho, família e relações homem-mulher – reflexões a partir do caso japonês”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 2, vol.1.
- Hirschman, Albert (1983). *De consumidor a cidadão*. São Paulo, Brasiliense.
- Hobsbawm, Eric (1987). *Mundos do trabalho*. São Paulo, Paz e Terra. Jacobi, Pedro (1986), *Políticas públicas de saneamento básico e saúde e reivindicações sociais no Município de São Paulo – 1977/1984*. Dissertação de Doutorado. USP, FFLCH, Departamento de Ciências Sociais.
- Jelin, Elisabeth (1985). *Los nuevos movimientos sociales*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.
- Laclau, Ernesto (1986). “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 2, vol. 1.
- Lindemberg, Daniel. “Grandeur et misère des Sciences Humaines», in *L'Etat des Sciences Sociales en France*. Paris, La Découverte.
- Louis, Marie-Victoire, (1986). “Recherches sur les femmes, recherches féministes”, in *L'État de Sciences Sociales en France*. Paris, La Découverte.

- Miceli, Sérgio (1987). "Política de filiação/política de representação na ANPOCS". São Paulo, ANPOCUS, (mimeo).
- Moises, J. A. et al. (1982). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Perrot, Michele (1979). "La femme populaire rebelle", in Fraisse, Geneviève: *Histoires sens qualités*. Paris, Galilée.
- _____ (1984). *Une histoire des femmes est-elle possible?*. Paris, Rivages.
- _____ (1986). "Histoire et pouvoir des femmes" in Aubert et al. *Le sexe du pouvoir* (orgs.), Paris, Desclée de Brouwer.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1987). *Quem é quem na Constituinte. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados*. São Paulo, Oesp-Maltese.
- Rogerat, Chantal (1986). *Le mouvement des femmes en France et la recherche, un repérage de circonstance*. Paris, GEDISST/CNRS, (mimeo).
- Scherer-Warren, Ilsee e Krischke, Paulo (orgs.) (1987). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense.
- Souza-Lobo, Elisabeth et al. (1987). "A prática invisível das operárias", in *O sexo do trabalho* (Kartchensky -- Bulport et al.). São Paulo, Brasiliense.
- Thompson, E.P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Wieviorka, Michel (1986). "Le déploiement sociologique", in *L'Etat des Sciences Sociales en France*. Paris, La Découverte.

Os usos do gênero*

Os estudos e pesquisas sobre o tema "mulheres" multiplicam-se na produção de ciências humanas nos últimos anos, constituindo objetos de pesquisa interdisciplinar e partindo de campos teóricos heterogêneos. Estudam-se as mulheres na sociologia, na antropologia, na história social, na ciência política com abordagens que remetem ao marxismo, à psicanálise ou a uma proposta de *ciência feminista*.

A extensão da temática das pesquisas nas diferentes disciplinas tem suscitado revisões bibliográficas e, sobretudo, revisões teóricas, interrogações e questionamentos. Alguns deles são particularmente significativos e inspiraram este texto¹.

Retomo aqui os fios de duas discussões em curso: a primeira delas diz respeito ao gênero como categoria analítica. A segunda remete à pertinência de um campo de estudos sobre "mulheres", partindo da interrogação de Michèle Perrot: "É possível uma história de mulheres?"²

* Esse texto retoma em parte a exposição feita no seminário "Relações de sexo -- relações de gênero", USP, Departamento de Sociologia, 1987. Desde então, incorporei questões colocadas pelas interlocutoras ou discutidas na mesa redonda internacional "Les rapports sociaux de sexe", APRE, Paris, 1987, em que minha participação foi possível graças ao apoio financeiro da Fundação Ford. Publicado na coletânea *Relações de sexo -- relações de gênero*, Codac-USP, 1989.

O gênero como categoria analítica

Dos estudos sobre mulheres emergem problemáticas: a divisão sexual do trabalho, a subordinação das mulheres, a separação das mulheres na esfera privada em contraposição à esfera pública, ocupada principalmente pelos homens, a dominação. A busca das causas da opressão caiu frequentemente na armadilha das origens da dominação: viria ela da necessidade de controlar a sexualidade feminina, como queriam algumas pesquisadoras, ou da necessidade de controlar a força de trabalho feminina para os fins da acumulação, como queriam outras?³

Essas abordagens constituem temáticas próprias: de um lado, aquelas cujo eixo de reflexão está na formulação de uma teoria do patriarcado, de outro, a corrente marxista, cuja principal problemática é a da divisão sexual do trabalho, embora frequentemente tente integrar as duas problemáticas. Os temas pesquisados permitiram constituir um saber extenso sobre a situação das mulheres nas sociedades, sobre as formas concretas e históricas da condição feminina, mesmo se a interrogação inicial sobre a origem da opressão muitas vezes conduziu a uma desistoricização das questões, reduzidas à pergunta originária da causa da opressão – o que fazia das formas da subordinação feminina, meras aparências, portadoras de uma causa essencial.

Mas nos próprios itinerários das pesquisas feministas surgem as questões e impasses: as formas da divisão sexual do trabalho não são redutíveis à estratégia do capital e a causa da dominação original pouco ilumina a reflexão sobre mudanças e permanências nas relações entre homens e mulheres.

A definição clássica de patriarcado como “ordem hierárquica sexual do capitalismo, para o controle político” é criticada por Sheila Rowbothan⁴ por reproduzir um conceito de sistema econômico – o capitalismo – separado de um sistema social-ideológico – o patriarcado –, que seria subordinado ao sistema econômico. Por outro lado, permanecem as interrogações sobre as origens da opressão, para as quais as explicações se apoiam inevitavelmente nos argumentos biológicos e obscurecem “a necessidade de reconhecer as muitas formas com que as sociedades definiram o gênero”. Isso significa enfatizar que as representações de mulheres e homens, contidas nas formas históricas de suas relações, não são as mesmas. A sexualidade, a maternidade ou a força de trabalho foram objeto de concepções distintas e, conseqüentemente, as relações de controle ou dominação entre homens e mulheres configuram formas distintas.

Por outro lado, alguns dos argumentos que sustentam a teoria do patriarcado⁵ apontam para os impasses e as dúvidas sobre as representações do “sexo biológico” que levaram as pesquisadoras feministas a teorizarem o gênero através de incursões na antropologia estrutural e na psicanálise, para analisarem justamente o significado social da masculinidade e da feminilidade.

Tais são, especificamente, as questões colocadas por um outro conjunto de abordagens, cujo eixo reside na construção do feminino e do masculino através das experiências vividas ou da linguagem⁶.

A construção do gênero como categoria analítica certamente tem a ver com os impasses da teoria do patriarcado e das análises marxistas, tanto quanto com o desenvolvimento autônomo de abordagens psicanalíticas. O certo é que o eixo de reflexão nas pesquisas feministas passa a ser muito mais o da busca dos significados das representações do feminino e do masculino, as construções culturais e históricas das relações de gênero.

É nesse sentido que trabalha Joan Scott quando retoma uma citação de Michelle Rosaldo: “Parece-me que o lugar das mulheres na sociedade não é um produto direto do que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta”⁷. O inventário e a arqueologia desses significados desconstruem o gênero a partir dos vários espaços em que ele se constrói: a família, o mercado de trabalho, as instituições, a subjetividade. As dicotomias produção-reprodução, esfera pública e esfera privada se desfazem, uma vez que as relações de gênero permeiam as várias esferas, cujas demarcações são fluidas, historicamente situadas, diferenciadas nas culturas e nas sociedades.

Ao mesmo tempo, sintomaticamente, a construção da categoria analítica de gênero atualiza uma outra questão: a da relação de gênero como relação de poder. Assim, na definição de Joan Scott, a categoria de gênero implica dois níveis:

1. O gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos.
2. O gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.⁸

A relação de gênero remete, pois, a espaços primários das relações familiares e implica a construção de uma subjetividade sexuada e de identidades de gênero – e por isso a contribuição das abordagens psicanalíticas é fundamental. Por outro lado, os itinerários de homens

e mulheres não podem ser reduzidos a simples efeitos mecânicos de uma identidade cristalizada de uma vez para sempre, ou não haveria história. Daí a importância das análises que têm por objeto as práticas sociais e as instituições, onde as relações de gênero se constroem.

A inquestionável importância da contribuição psicanalítica para a construção do conceito de gênero encontra seus limites na redução desse processo ao espaço das experiências individuais, da família, do inconsciente, enquanto os espaços da experiência coletiva não são problematizados a partir de análises das relações de gênero e tampouco se desenvolve um instrumental teórico que torne possível esse tipo de abordagem.

Mas a questão principal continua sendo a de que essas relações implicam não apenas diferenças, assimetrias, mas hierarquias, e que são relações de poder que fazem parte dos mecanismos de constituição dos poderes nas sociedades. Sintomaticamente, essa não é uma questão colocada exclusivamente por Joan Scott, mas está presente em outras reflexões não menos pertinentes e qualificadas, como a de Michèle Perrot⁹.

O deslocamento do foco que buscava as causas da dominação para os significados e as condições de construção das relações de gênero se completa. Mais ainda, constitui um fio condutor que articula os estudos sobre as relações de gênero com os estudos sobre as condições de permanência e mudança das relações sociais, ou ainda com os que tratam das formas de construção de poderes nas sociedades.

Enquanto relação de poder, a dominação de gênero é tão inexplicável em sua origem biológica quanto a dominação racial. As teorias raciais se preocupam em fundamentá-la a partir da biologia, o mesmo que fizeram aqueles que tentaram construir uma explicação natural para a dominação dos homens na sociedade. Michèle Perrot lembra Comte, para quem existia “uma inaptidão radical do sexo feminino ao governo ainda que fosse de uma simples família”¹⁰.

Mesmo sem voltar à biologização das diferenças que marca tanto os discursos sobre a divisão sexual do trabalho quanto aqueles sobre as práticas políticas ou práticas científicas de homens e mulheres, as imagens do masculino e do feminino não só consolidam diferenças como contêm hierarquias:¹¹ são imagens de poder. Por isso mesmo os estudos sobre relações de gênero remetem a hierarquias, formas institucionais e mudanças nas práticas das sociedades e, nessa medida, estão questionando também as configurações de poder nas sociedades. Um exemplo particularmente pertinente na produção sociológica brasileira é o das relações de gênero nos movimentos sociais. Durante algum tempo analisaram-se os movimentos sociais separando movimentos de mulheres (reivindicando

creches, por exemplo) daqueles que não tinham uma reivindicação feminina específica (como a ocupação do solo urbano) e ainda os movimentos feministas assim definidos a partir da origem de classe das participantes ou dos temas e propostas (quando o eixo articulador fosse a ideia da opressão-discriminação das mulheres na sociedade).

A análise da presença de mulheres nesses movimentos estabelecia relações de identificação entre reivindicações reprodutivas-mulheres, relações produtivas-homens. No entanto, os estudos mais atentos à problemática das relações de gênero, e não apenas à descrição do sexo dos atores sociais, suscitariam a questão da articulação entre vida privada e vida pública, focalizando as práticas tradicionais de mulheres e homens nos espaços que ocupam na sociedade e nas relações que estabelecem com as instituições e o Estado¹².

Reencontramos aqui as duas questões que orientaram esta reflexão: de um lado a historicidade das relações de gênero na sociedade e as modificações por que passam ao mesmo tempo em que tecem os fios das relações de poder.

Os estudos sobre gênero e os guetos teóricos

Em seu artigo sobre o gênero como categoria analítica, Joan Scott faz um balanço de algumas explicações atribuídas à mudança dos estudos e pesquisas sobre mulheres em estudos sobre gênero. Um dos argumentos significativos remete à busca da legitimidade que o conceito propiciaria enquanto categoria não identificada com o tema específico das mulheres e, portanto, mais apropriada para se incorporar aos campos teóricos das disciplinas, sem se restringir aos “estudos sobre mulheres”.

A observação é tanto mais interessante se compararmos a situação institucional consolidada dos *women studies* nos Estados Unidos e a situação dos estudos sobre mulheres no Brasil, onde não existem propriamente estruturas curriculares de *women studies* – o que pode ser correto, mas não justifica o fato de que as pesquisas sobre relações sociais, práticas sociais e culturais simplesmente ignorem as relações de gênero como parte constituinte de seus objetos. Joan Scott adverte para os perigos de um gueto teórico que, ou se desenvolve paralelamente à produção teórica das diferentes disciplinas, ou tenta integrar um tema no corpo teórico das disciplinas sem questionar suas categorias, alheias à problemática de gênero, o que ocorre com grande parte das pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil.

Assim, surge o problema da constituição de um campo teórico à parte — uma história das mulheres, uma sociologia das mulheres, enfim os estudos sobre mulheres como *disciplina* autônoma. Na medida em que as pesquisas feministas trouxeram uma contribuição à construção do gênero como relação social-histórica que implica relações de poder e que atravessa o tecido social, esse não pode ser um campo à parte do contexto das relações sociais. A menos que se trate apenas de uma estratégia defensiva que, nas palavras de Michele Perrot, criasse “um novo território, concessão tranquila que as mulheres expandissem à vontade, ao abrigo de qualquer contradição”.¹³ Essa seria também uma estratégia errada, pois, se as relações de gênero são relações de poder, relações institucionais e interdisciplinares o são igualmente. Por isso mesmo os estudos sobre mulheres estão também submetidos a relações de poder e não são poucos os exemplos que demonstram como as pesquisas feministas receberam apoio editorial e institucional enquanto foram atrativas, ou para mercado, ou para captar financiamentos internacionais, deixando de constituir área prioritária tão logo tenha mudado o “comportamento do mercado”, para usar uma expressão “competente”.

Menos do que as razões estratégicas ou mercadológicas, é muito mais a pertinência teórica da proposta dos estudos de gênero que orienta as preocupações de Joan Scott. Ao apontar a coincidência entre a formulação do conceito e o período de perturbações teóricas nas ciências humanas, quando ocorrem entre os cientistas sociais deslocamentos dos paradigmas científicos para os paradigmas literários, da ênfase às causas à ênfase aos significados, do debate entre os que sustentam a transparência dos fatos e os que insistem em que a realidade é construída. “É nesse espaço que as pesquisadoras feministas desenvolveram um discurso teórico próprio, que encontra interlocutores políticos e acadêmicos.”¹⁴ É nesse espaço que se coloca a problemática do gênero como relação social que atravessa a história e o tecido social, as instituições e as mentalidades, objeto interdisciplinar por excelência, ao mesmo tempo do domínio das teorias sobre família, mercado de trabalho, processo de trabalho, cidadania, partido político e movimentos sociais, tanto quanto da subjetividade. Filha bastarda, ilegítima desse processo de perturbações que atingiu as ciências humanas, muito contra a vontade de alguns, a problemática das relações de gênero se constrói entre o gueto e a invisibilidade.

Notas

1. Scott, Joan. “Women’s history and the rewriting of history, in history”, in Farnham Christi, *The impact of feminist research in Academy*, Indiana University Press/Bloomington/Indiana-polis, 1987; e “Gender, A useful category of historical Analyses”, (mimeo).
2. Perrot, Michèle. *Une histoire des femmes est-elle possible?*. Paris, Rivage, 1986.
3. Rowbothan, S. “Lo malo del patriarcado”, in Samuel. R. (ed.), *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona, Crítica, 1984, pp. 248-56.
4. Rowbothan, *op. cit.*
5. Alexander, Sally e Taylor, Barbara. “En defensa del patriarcado”, in Raphael Samuel, *op. cit.*, pp. 257-61.
6. Gilligan, C. *In a different voice*, Cambridge, Mass. — London, Harvard University Press, 1983.
7. Scott, J., *op. cit.*, p. 1067.
8. Scott, J., *op. cit.*, p. 1067.
9. Perrot, Michèle. “Histoire et pouvoir des femmes”, in Auber *et al.*, *Le sexe du pouvoir*, Desclée de Brower, 1986, pp. 79-88.
10. Perrot, *op. cit.*, p. 82.
11. Souza-Lobo, E. “Homem e mulher: imagens das ciências sociais”, ANPOCS, GT “Mulher e Política”. Águas de São Pedro, 1987.
12. Perrot, Michèle, *op. cit.*, p. 15.
13. Scott, Joan, *op. cit.*, p. 1069.
14. Idem.

O trabalho como linguagem: O gênero no trabalho*

Este texto percorre um itinerário dos estudos sobre o trabalho feminino em suas várias problemáticas e abordagens, privilegiando algumas e as discutindo-as à luz dos enfoques que iluminaram a produção no campo da sociologia e da história social brasileira.

Em primeiro lugar, situo os espaços do tema na sociologia do trabalho, relacionando-o às problemáticas dominantes. Em segundo lugar, trato de reconstituir as configurações e problemáticas nos estudos sobre trabalho feminino e trabalhadoras, na sua particularidade ou nas relações com as abordagens da sociologia do trabalho e da história social, a saber: (a) do desenvolvimento e modernização à divisão sexual do trabalho; (b) divisão sexual do trabalho: qualificação, carreiras e subjetividade; (c) trabalhos do gênero na sociologia do trabalho.

Cada uma dessas três vertentes implica questões e enfoques próprios ou articulados uns aos outros. Trato de discutir pelo menos alguns, sem pretender um levantamento extensivo. Para concluir, volto a uma questão: o gênero será mesmo uma categoria de trabalho¹ na sociologia do trabalho?

* A presente versão foi apresentada no XVI Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 1990, quando obteve aprovação para publicação pelo Conselho Editorial do BIB. A autora preparava a versão definitiva quando foi colhida pelo acidente que resultou em sua morte. Em respeito ao zelo e à maneira criteriosa que Elisabeth Lobo sempre imprimiu aos seus trabalhos, a Editoria do BIB solicitou pequenos esclarecimentos a Helena Hirata, Regina Morel, Paola Cappellin, Elina Pessanha, Alice Abreu e Marco Aurélio Garcia (N. E.).

O trabalho feminino na Sociologia do Trabalho brasileiro

Talvez em algum momento nos fins dos anos 1970 e início dos 1980 tivesse sido possível afirmar que havia no Brasil um debate político e cultural intenso sobre o tema do trabalho feminino e até mesmo que, se a produção sociológica não era impactante no conjunto da disciplina, pelo menos poderia ser considerada promissora².

Mas se nem do ponto de vista quantitativo a produção sociológica sobre trabalho feminino se multiplicou, como no caso de outros países, do ponto de vista qualitativo aconteceu aqui o mesmo problema diagnosticado por B. Becalli: “a variável sexo não tem um estatuto central na sociologia do trabalho”,³ e nem o tem tampouco para a economia do trabalho, o que também ocorre na Itália, conforme o mesmo diagnóstico.

A comparação com outras observações de Bianca Becalli pode ser sugestiva. Ela argumenta que, para a antropologia, para a economia do trabalho e até mesmo para a psicologia, o tema se coloca no centro da pesquisa empírica e da teorização. Seria impensável um antropólogo que ignorasse a divisão sexual do trabalho ao estudar sociedades em que o funcionamento da família e da economia se sobrepõem ou, no caso dos economistas do trabalho, seria impossível ignorar as conexões entre segmentação do mercado, diferenças salariais e divisão sexual do trabalho. Na psicologia, o recente debate internacional sobre os mecanismos de formação do juízo moral no masculino e no feminino leva até ao questionamento dos paradigmas da disciplina. Nada disso parece ocorrer na sociologia do trabalho italiana, que permanece em grande parte pouco permeável às discussões suscitadas pela produção sobre o trabalho feminino.

E na sociologia do trabalho brasileira?

Os argumentos de Bianca Becalli assinalam que o núcleo forte da sociologia do trabalho — o estudo da fábrica, dos postos de trabalho — não incorporou a problemática do trabalho feminino. Na sociologia do trabalho brasileira o núcleo forte terá sido, até quase o final dos anos 1970, o dos estudos sobre o sindicalismo corporativo⁴. Os estudos posteriores sobre industrialização e atitudes operárias não se detiveram sobre o trabalho feminino. A exceção mais importante terá sido o estudo clássico de Aziz Simão, que não por acaso será o orientador de uma das primeiras teses sobre trabalho feminino⁵.

Pensar por que os estudos clássicos sobre a industrialização e a estrutura da classe operária brasileira permaneceram impermeáveis a sua composição sexuada exige uma discussão teórica. Na verdade, essa composição foi uma característica bem nítida na classe trabalhadora

da Primeira República, onde as operárias têxteis e as costureiras constituíam um percentual importante⁶ e, além de tudo, presente nas lutas operárias e na imprensa do período, principalmente anarquista.

A questão da “invisibilidade” das operárias foi objeto de diferentes abordagens: num primeiro momento pensou-se que a visibilização seria possível a partir da multiplicação dos estudos sobre as mulheres trabalhadoras. J. Scott apontou as dificuldades da historiografia positivista para explicar por que a história operária ignorara as mulheres e como a multiplicação dos estudos sobre as operárias não modificou as definições estabelecidas das categorias analíticas⁷.

De fato, a análise da questão supõe a interpelação de categorias e metodologias que orientaram tanto a história social quanto a sociologia do trabalho. Em primeiro lugar, coloca-se a questão quase consensual de que é um falso problema buscar uma causa original da subordinação das mulheres. Isso significa o abandono de uma lógica causal fundada numa estrutura fatalmente determinante, por uma análise compreensiva que constrói significações. Trata-se, pois, de pesquisar como a subordinação das mulheres se construiu historicamente nas práticas, nas culturas, nas instituições⁸.

Sociólogos e historiadores trabalharam com um conceito de classe construído através de uma representação masculina do operário e, embora tenha sido afirmado incansavelmente que “a classe operária tem dois sexos”,⁹ na verdade era preciso reconhecer que a classe era masculina, ou seja, que o conceito remetia a uma posição estrutural. A análise das práticas diferenciadoras permanecia num segundo nível de explicitação. Apesar de o conceito apontar para um paradigma que se pretendia universal — de classe —, os estudos sobre as práticas e a consciência operárias vão tornar evidente que se fundava numa generalização das práticas masculinas.

O campo da sociologia marxista está balizado por alguns marcos bem definidos: sociedade de classes, a industrialização capitalista e a luta de classes. A classe, pensada como sujeito, tem uma situação estrutural e posições apenas matizadas pela luta de classes que, por sua vez, expressa as formas de consciência de classe. A universalidade da relação de classe apenas admite uma situação específica das mulheres enquanto mais exploradas frente ao universal masculino. Mas sua situação ambígua no trabalho produtivo, na medida em que são precariamente operárias, as exclui da classe operária¹⁰.

Essa não é uma abordagem cronologicamente datada, mas atravessa uma linha de análise marxista ortodoxa, fundada no estudo das contra-

dições capital-trabalho e na consciência de classe como “consciência global do seu ser social”¹¹.

O segundo campo importante na sociologia do trabalho está constituído pelas abordagens sobre industrialização, desenvolvimento e modernização dominantes até os anos 1960-1970. Se esses estudos só ocasionalmente incorporam de forma descritiva o trabalho feminino é, no entanto, dentro de seu campo teórico que se situam as teses e pesquisas pioneiras sobre o trabalho feminino realizadas nos anos 1970¹².

A problematização do trabalho feminino

a) Do desenvolvimento e modernização à divisão sexual do trabalho:

No Brasil dos anos 1960 e de parte dos 1970, a ideia de que as sociedades com “participação limitada”, marcadas por baixas taxas de crescimento econômico e profundas distorções na distribuição de renda, designavam às mulheres um papel subordinado na sociedade se articulava com a tradição economicista, presente no discurso das ciências sociais, que deduzia a subordinação econômica da subordinação social das mulheres¹³.

Essas abordagens guardavam pontos em comum, originados do privilegiamento da explicação estrutural na análise dos trabalhos femininos e na referência às dicotomias tradicionalismo-modernização, subdesenvolvimento-desenvolvimento. Segundo sua lógica, a subordinação das mulheres, própria das sociedades tradicionais, se resolveria pela modernização-desenvolvimento das forças produtivas, ou, ao contrário, a modernização e o desenvolvimento capitalista acentuariam a subordinação das mulheres na sociedade de classe e sua exclusão do mercado de trabalho industrial (tese de Saffioti) e da produção agrícola (tese de Madeira e Singer).

A análise do trabalho feminino partia de uma evidência empírica – a diminuição da mão de obra feminina na indústria têxtil durante os anos 1950, 1960 e 1970 – e da aplicação da hipótese de Marx sobre a força de trabalho feminina como parte do exército industrial de reserva. A hipótese parecia pertinente, uma vez que efetivamente se observou um decréscimo da mão de obra feminina na indústria e que as características da inserção das mulheres no trabalho industrial correspondiam a um perfil de intermitência, baixas qualificações e baixos salários, um perfil que Cheiwa Spindel caracterizara como o de “trabalhadores de menor valor”, utilizados pelo capitalismo como excedente de mão de obra submetido a altas taxas de exploração¹⁴.

Essas pesquisas contribuíram largamente para o processo de “visibilização” do trabalho feminino, e suas hipóteses sobre as mulheres como exército industrial de reserva só foram contestadas quando a problemática da divisão sexual do trabalho foi desenvolvida já nos anos 1980.

No entanto, o quadro explicativo da “modernização”, como “processo complexo e contraditório de mudanças ocorridas no país, nas estruturas produtivas, nas formas de organização do trabalho e nas relações sociais (entre classes, entre sexos) e que conduziram a sociedade brasileira à configuração predominantemente capitalista e industrial”¹⁵ permaneceu constante num segundo tipo de abordagem sobre o trabalho feminino – dessa vez pelo ângulo da “reprodução das desigualdades” e das “estratégias de sobrevivência”.

A formulação dessa problemática reflete já a preocupação que invade as ciências sociais no Brasil dos anos 1970 em torno das transformações nas relações econômicas e sociais – migração, degradação dos salários reais, industrialização acelerada. Elas estão na raiz da expansão do trabalho feminino e infantil, perceptível no final da década. Mas o objetivo fundamental é a indagação sobre o significado do trabalho feminino para a organização familiar¹⁶.

Esses estudos trazem uma contribuição fundamental, pois associam família e trabalho. No entanto, a reflexão tende a privilegiar a organização familiar e seu projeto estratégico, subsumindo integralmente as mulheres como atores sociais. Permanece, isto sim, a relação entre vida familiar e mercado de trabalho e a diferenciação na formulação das estratégias familiares segundo as diferenciações dos grupos sociais. Novamente não se trata de uma linha de abordagem datada, mas que informa fundamentalmente as pesquisas sobre mercado de trabalho. Uma pesquisa recente sobre mercado de trabalho na Grande São Paulo retoma algumas teses sobre a articulação trabalho produtivo e espaço da reprodução – a família – e do trabalho feminino como parte da estratégia familiar, sendo organizado pelo grupo familiar, acrescentando como terceira característica básica e estrutural sobre a natureza do trabalho feminino o fato de que se insere no quadro da divisão sexual do trabalho decorrente da divisão sexual dos papéis na sociedade¹⁷.

A importância desta abordagem em termos de visibilização é novamente indiscutível. No entanto, o problema consiste na visão estrutural sobre a natureza do trabalho feminino, que impede a problematização das formas históricas e culturais da divisão sexual do trabalho e fixa-as em termos de reprodução dos papéis sociais.

b) *Divisão sexual do trabalho: as metamorfoses de uma problemática*

As pesquisas sobre o trabalho feminino articuladas à dinâmica do mercado de trabalho apontaram a segregação ocupacional – os grandes “guetos ocupacionais” da mão de obra feminina¹⁸. Esse problema se vê reforçado pelas teses sobre a segmentação do mercado de trabalho que incluiu as mulheres nos grupos de mão de obra secundária caracterizados pela instabilidade, baixos salários e desqualificação¹⁹.

Os estudos sobre mercado de trabalho incluem a variável feminina, mas só aquelas(es) mais particularmente preocupadas(os) com o trabalho feminino vão se interrogar mais detidamente sobre a relação sexo-mercado.

Por outro lado, no contexto da sociologia do trabalho brasileira, se desenvolve no início dos anos 1980 a pesquisa sobre processo de trabalho e organização do trabalho fabril. Não se trata aqui de analisar em detalhe como esse núcleo duro da sociologia do trabalho se constitui e se expande, as influências e trajetórias de sua constituição como campo de pesquisa. O certo é que passa a ser uma temática importante em que os estudos sobre o trabalho feminino fabril encontram um espaço.

A tentação positivista sempre pode sugerir que, uma vez dentro da fábrica e diante da diferenciação entre operárias e operários, pesquisadores(as) foram levados(as) a problematizar essa diferenciação, mas os muitos exemplos em que o sexo dos(as) operários(as) permanece oculto afastam a ilusão positivista. Na verdade, foram muito mais as(os) pesquisadoras(es) que já estudavam o trabalho feminino que problematizaram a divisão sexual do trabalho na fábrica²⁰.

Os aportes teóricos mais imediatos incidem no questionamento das teorias do exército industrial de reserva e da segmentação do mercado de trabalho, no estudo das qualificações e da gestão da mão de obra. As pesquisas de Hirata e Humphrey sobre as trajetórias profissionais operárias no período da crise de 1981 a 1983 e durante a retomada econômica após o Plano Cruzado permitiram relacionar divisão sexual do trabalho e dinâmica do mercado de trabalho, concluindo que as operárias não são simplesmente substituídas por operários, nem estes por aquelas. A divisão sexual do trabalho tende a preservar o equilíbrio entre emprego feminino e masculino, conforme a dinâmica de emprego dos distintos setores empregadores de mão de obra feminina ou masculina. Por outro lado, as trajetórias profissionais se articulam diferentemente com qualificações, para operários e operárias. Estas tendem a voltar ao trabalho industrial, passada a crise, na razão direta de sua qualificação. Já os estudos da repartição dos pontos de trabalho e das qualificações mas-

culinas e femininas mostram que “o conjunto da mão de obra feminina não está marcado pela precariedade e a instabilidade e que as teorias de segmentação, ao analisarem a ocupação feminina, sobrestimam os mecanismos de mercado e subestimam as formas de segregação no processo de trabalho”²¹.

Paralelamente, o questionamento e a redefinição das qualificações – que se tornará uma questão central para a sociologia do trabalho face às mudanças tecnológicas no processo de trabalho – estão igualmente suscitados pela divisão sexual do trabalho ao apontarem os critérios de qualificação masculinos e femininos – “os talentos das mulheres e a qualificação dos homens”. Outro tema forte da sociologia do trabalho, as estratégias da gestão, apontam as diferenciações entre mecanismos destinados a uma mão de obra masculina e feminina: a importância diferenciada da formação de mão de obra, dos incentivos sociais, da estabilidade quando dirigidos a operários ou operárias.

Mas muito mais do que as precisões pontuais que a problematização em termos de divisão sexual do trabalho permitiu para a análise empírica nas pesquisas da sociologia do trabalho, parece-me fundamental a problematização das qualificações, das trajetórias ocupacionais e das formas de gestão como construções históricas e sociais, como apontavam os primeiros trabalhos de Ruth Milkman, ao estudar a indústria elétrica e automobilística. É certo, no entanto, que parte da produção, especialmente a brasileira, que problematizou a divisão sexual do trabalho, o fez ainda relacionando divisão sexual do trabalho e patriarcado.²² A formulação do patriarcado, mesmo relativizada pelas diferenciações históricas, permanece no quadro de referências a uma estrutura determinante, fundada nas bases materiais. De certa forma, o patriarcado funda a divisão sexual do trabalho e é por sua vez fundado nas bases materiais da sociedade. Ou, o que me parece seguir um raciocínio semelhante: as relações sociais organizam as divisões da sociedade, e esta divisão é um locus fundamental das relações entre os sexos. A historicidade da divisão sexual do trabalho e seu conteúdo de construção cultural me parecem aqui perdidos, na medida em que se restabelecem relações de determinação estrutural. Como aponta Sheila Rowbothan, a palavra “patriarcado” coloca muitos problemas: remete a uma forma universal e histórica de opressão, com fortes marcas biologizantes, ou ainda produz “um modelo feminista de base – superestrutura”, uma estrutura fixa, enquanto as relações entre homens e mulheres são tanto mutáveis quanto fazem parte de heranças culturais e institucionais, implicam reciprocidades tanto quanto antagonismos²³.

Como conceito pertinente para pensar as relações no trabalho, que são um aspecto das relações sociais entre homens e mulheres, a divisão sexual do trabalho não esgota a problemática dessas relações, na medida em que elas comportam construções culturais e históricas, interdependentes e complementares. As relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino – os gêneros. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos muitos locus das relações de gênero. Por que o uso dos gêneros como categoria analítica? Porque justamente constrói ao mesmo tempo uma relação social-simbólica sem estabelecer uma mecânica de determinação²⁴.

De fato, a problemática da divisão sexual do trabalho se articula com a categoria gênero e abre espaço para se pensar as novas questões que preocupam a sociologia do trabalho: as “metamorfoses” do trabalho e o seu questionamento, a subjetividade no trabalho, e as identidades no trabalho, o problema de igualdade e diferenças e as formas contemporâneas da gestão e de políticas sociais.

c) Os trabalhos do gênero na sociologia do trabalho

A categoria não é própria da sociologia do trabalho. Para chegar a ela, seja-me permitido percorrer um caminho duplamente heterodoxo – ao campo da sociologia do trabalho e a um conjunto de conceitos.

Por um lado, o conceito remete à construção de significados culturais. No campo específico das relações de trabalho, esses significados foram construídos na multiplicação dos estudos da história social e dos estudos de cultura. Foram esses estudos que geraram uma nova linguagem para falar da subjetividade no trabalho, aponta Cynthia Cokburn, remetendo talvez mais precisamente ao percurso da produção anglo-saxônica, uma vez que o percurso da produção francesa, por exemplo, passa talvez mais pelas formulações da psicopatologia do trabalho. Não existem áreas separadas institucionalmente da vida social nas quais as formas de consciência se constituem: mentalidades e subjetividades se formam e se expressam em cada esfera da existência – inclusive no trabalho e inclusive no trabalho tecnológico²⁵.

Vários caminhos apontam para as formas históricas e culturais das relações de trabalho, e mais ainda para a relação de trabalho como interação que envolve subjetividades. O gênero é uma das dimensões dessas subjetividades. Quando a relação de trabalho se cristaliza ou universaliza, as estratégias empresariais e as práticas de trabalho tornam-se efeitos de lógicas abstratas apenas adjetivadas pela vida cotidiana.

Mas se o trabalho deixa de ser uma operação física que envolve uma “força de trabalho e se torna uma prática comunicativa, nem os gestos, nem a linguagem da gestão e das(os) trabalhadoras(es) pode ser generalizada. E a gestão mesmo compreende isso quando trabalha cada vez mais com linguagens individualizadas, quando apela à participação”. O gênero aponta então para essa nova questão que persegue a sociologia do trabalho: a redefinição da própria relação (ou melhor, interação) do trabalho²⁶.

Aqui se colocam várias questões relativas à formação de coletivos e à possibilidade de práticas coletivas. Tradicionalmente se apontam as dificuldades de ações coletivas entre as trabalhadoras — seja nos estudos de greves, seja nos estudos de caso. As práticas coletivas são, mesmo que involuntariamente, sexualizadas, assim como as relações com a tecnologia, com a formação profissional ou com as carreiras.

Aqui, novamente, mais além da descrição empírica das diferenças, abre-se o caminho para uma problematização de diferenças e igualdades.

Se as relações com o trabalho e com o emprego são diferentes entre homens e mulheres, isso significa que se devem cristalizar carreiras diferentes, mesmo que paralelas, em termos de qualificações, postos, salários, promoções? Os estudos de caso apontam essa como a solução mais frequente.²⁷ Por outro lado, no contexto brasileiro, a problemática da igualdade-diferença no trabalho, é ainda quase uma referência teórica, atualizada apenas no tema da diferenciação pela legislação do trabalho sobre a maternidade e sobre a aposentadoria. Quando é necessário contemplar diferenças entre trabalhadores e trabalhadoras, quando é necessário evitar cristalização de diferenças que criem situações de desigualdade? A tendência de uma legislação protetora das mulheres trabalhadoras, especialmente no que diz respeito à maternidade, é enraizada na legislação trabalhista brasileira e, ambigualmente, a possibilidade da aposentadoria mais cedo reforça essa proteção mesmo se sob o justo argumento do reconhecimento da “dupla jornada” das mulheres.

O gênero fornece aqui os critérios para a definição de políticas sociais tanto quanto para as estratégias de gestão e organização do trabalho, mesmo se a diferença de gênero não está explicitada nos discursos. Logo, a noção de gênero remete ao discurso sobre o masculino e o feminino naquilo que parecia ser exclusivamente uma relação técnico-organizativa. Nesse sentido, o uso do gênero na sociologia do trabalho coincide com a problematização das subjetividades e também com as identidades presentes no mundo do trabalho. Mas, observa Bianca Becalli, “a ideia de que a identidade coletiva feminina

possa ser um aspecto significativo da identidade de classe permanece em geral ausente do debate político ou da investigação dos estudiosos”. Cynthia Cokburn, por sua vez, avança a hipótese de que “a luta em que muitas mulheres estão hoje engajadas buscando obter competência técnica na ciência, na engenharia, nas salas de aula ou nos locais de trabalho é uma luta muito mais ‘pela desmasculinização’ do que pela qualificação”²⁸.

O que ocorre é que trabalhamos ainda, especialmente na sociologia do trabalho brasileira, com conceitos fundados em relações estruturais, onde as representações simbólicas, as linguagens são neutras: tanto as linguagens de classe como as do trabalho.

Mas se chegarmos a conceituar as linguagens do trabalho, talvez o gênero por definição tenha finalmente um lugar na sociologia daquilo que virá a ser o trabalho na sociedade brasileira.

Notas

1. Remeto ao título do artigo de Scott (1988).
2. Ver Becalli (1989).
3. Idem, p. 187.
4. Mesmo que alguns dos estudos clássicos tenham relacionado mais estreitamente industrialização e composição da força de trabalho, e por isso mesmo tenham sido levados a apontar a presença das mulheres, assinalando sua segregação no mundo fabril. Ver Simão (1981).
5. Blay (1978).
6. 33,7% do proletariado industrial segundo o Censo de 1920, citado por Pena (1981:92).
7. Scott (1988:17).
8. Ver também Cokburn (1990) e Milkman (1987). Observa-se a mesma abordagem – ainda que com implicações diferentes – em Kergoat (1990).
9. Ver os trabalhos de Kergoat (1978) e Rodrigues (1978).
10. Quando não ignora o sexo dos operários, a análise separa as operárias da classe: “o frágil vínculo que a mulher mantém com a condição operária produz um estado, por assim dizer, de apatia profissional. Em nenhum momento da pesquisa pôde-se constatar a participação feminina nos conflitos trabalhistas. Pelo contrário, as operárias sempre aparecem como um grupo à parte, desinteressado e ausente dos problemas da classe”: (Frederico, 1979:58).
11. Ver, entre outros, Antunes (1988:176). A citação é de Mészáros, I, 197.

12. Ver em particular os trabalhos de Saffioti (1976), Blay (1978), Madeira e Singer (1975:13).
13. CEPAL (1969) e ONU (1984). Ver também Lobo (1985) e Hirata (1988).
14. Spindel (1983).
15. Hirata (1988).
16. Bilac (1978).
17. Ferreira (1989). Para uma perspectiva mais diferenciada, ver Montali (1990:58-69) e Silva Telles (1986, Cap. VI e Conclusão).
18. Bruschini (1988).
19. Saffioti (1981).
20. Hirata (1981), Humphrey (1984), Abreu (1986) e Lobo e Soares (1986).
21. Hirata e Humphrey. (1988), e Hirata (1990), Silva (1985) e Neves (1983).
22. Milkman (1987). Elida Rubini Liedke no seu detalhado e rico estudo remete ao patriarcado na sua definição clássica de “estruturação de relações sociais entre homens e mulheres cujas bases materiais encontram-se nos modos como as sociedades historicamente dadas organizam suas vidas, as formulações ideológicas do patriarcado fazem parte da hegemonia cultural nessas sociedades” (Liedke, 1989:12).
23. Kergoat (1990) e Rowbothan (1984:248-256).
24. Varikas (1990). E sobre os usos do gênero ver especialmente Scott (1988: 28). Uma tentativa de análise nesses termos está em Lobo e Soares (1986) e Lobo (1989:275-294).
25. Cokburn (1990). A citação é de Johnson (1979). Para a discussão inglesa ver Scott (1988) e Samuel (1984). Para uma síntese de discussões na França ver Dejours (1988).
26. Philippe Zarifian (1990) e Hirata (1990).
27. A existência de carreiras paralelas está apontada na pesquisa de Liedke, Hirata e Humphrey (1988) e Lobo e Soares (1986).
28. Becalli (1989:196) e Cokburn (1990:12).

Referências bibliográficas

- Abreu, Alice Rangel de Paiva (1986). O avesso da moda. São Paulo, Hucitec.
- Antunes, Ricardo (1988). A rebeldia do trabalho – O confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80. São Paulo, Ensaio-Unicamp.
- Becalli, Bianca (1989). “Il lavoro femminile in Italia: linee di tendenza de la analisi sociológica”, in *Sociologia del lavoro*, n° 35-36, pp. 187-199.
- Bilac, Elizabeth Dória (1978). Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. São Paulo, Símbolo.

- Blay, Eva (1978). Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. São Paulo, Ática.
- Bruschini, Cristina (1985). Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher. São Paulo, Nobel-Conselho Estadual da Condição Feminina.
- CEPAL (1969). El pensamiento de la CEPAL. Santiago do Chile, Editorial Universitária.
- CEPAL (1984). La mujer en el sector popular urbano. Santiago do Chile, Nações Unidas.
- Cokburn, Cynthia (1990). "Technical competence, gender identity and women's autonomy", XII World Congress of Sociology, Madri.
- Dejours, C. (org.) (1988). Plaisir et souffrance dans le travail. Paris, Aocip.
- Ferreira, Jussara M.N. (1989). "A participação da mulher no mercado de trabalho da Grande São Paulo - 1985-87", in Mercado de Trabalho na Grande São Paulo. São Paulo, SEADE/DIEESE, março.
- Frederico, Celso (1979). Consciência operária no Brasil. São Paulo, Ática.
- Hirata, Helena (1981). "Division sexuelle du travail et le rôle de L'État: l'exemple Brésilien", Critiques de l'Economie Politique, n° 17.
- _____ (1988). "Processos de modernização: a mulher na produção industrial", ANPOCS, GT "A mulher na força de trabalho", setembro.
- _____ (1990). "Notes sur les apports d'une problématique en termes de rapports sociaux de classes et de sexes (et/ou de division sociale et sexuelle du travail) à ma recherche". Paris, Gedisst, (mimeo).
- Hirata, Helena e Humphrey, John (1988). "Trajectoires et activité", Cahiers APRE, n° 7, vol. I, Paris.
- Humphrey, John (1984). "Trabalho feminino na grande indústria paulista". São Paulo, Cadernos do CEDEC, n° 3.
- Johnson, R. (1979). "Three problematics: éléments of a working class culture", in Clarke J. (ed.) et al, Working class culture, Hutchinson.
- Kergoat, Daniele (1978). "Ouvriers-Ouvrières?", Critiques de l'Economie Politique, n° 5, out-nov.
- _____ (1990). "Des rapports sociaux de sexe et de la division sexuelle du travail", Paris, Gedisst, Journée d'Etude, junho (mimeo).
- Liedke, Elida Rubini. (1989). "A diferenciação da força de trabalho na empresa. Um estudo de caso na indústria eletrônica", Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1, n° 1, UFRGS, julho.
- Madeira, F. e Singer, P. (1975). "Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil 1920-1970", Cadernos CEBRAP, n° 13.
- Mészáros, I. "Conciencia de clase contingente y necesaria", in Mészáros, I. (org.), Aspectos de la historia y la conciencia de clase. UNAM, Serie Estudios 32, México, p. 197.
- Milkman, Ruth (1987). Gender at work. Urbana and Chicago, University of Illinois Press.

- Montali, Lilia (1990). "Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na Grande São Paulo", Cadernos de Pesquisas, n° 72, Fundação Carlos Chagas. Neves, Magda M. Bello de Almeida (1983), Condição feminina, condição operária: um estudo de caso sobre operárias têxteis, Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, UFMG.
- INU, La mujer en el sector popular urbano. Santiago do Chile, Nações Unidas.
- Pena, Maria Valéria Junho (1981). Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Rodrigues, Arakey Martins (1978). Operário, operária. São Paulo, Símbolo.
- Rowbothan, Sheila (1984). "Lo maio del 'Patriarcado'", in Raphael Samuel (ed.), Historia popular y teoria socialista. Barcelona, Crítica.
- Saffioti, Heleieth (1976). A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1981). Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. São Paulo, Hucitec.
- Scott, J. (1988). "Gender: a useful category of historical analysis", in Gender and the politics of history, Nova York, Columbia University Press.
- _____ (1988). "Women's" history", in Gender and the politics of history, Nova York, Columbia University Press.
- Silva Telles, Vera (1986). "A família e seus personagens", in Projeto, modo e condição de vida. Uma análise das desigualdades sociais na região metropolitana de São Paulo, CEDEC/DIEESE.
- Silva, Lorena H. "Mulheres trabalhadoras: problemas e conquistas", Cadernos de Estudos, n° 15. Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia, UFRGS.
- Simão, Aziz (1981). Sindicato e Estado. São Paulo, Ática.
- Souza-Lobo, Elisabeth (1985). "Do desenvolvimento à divisão sexual do trabalho - estudos sobre 'os trabalhos das mulheres'", Montevideu, GRECMU. Paper apresentado na Conferência Mundial do Decênio das Nações Unidas para a Mulher, organizada pela ONU, em Nairóbi, Quênia, julho.
- _____ (1990). "Trabalhadoras, trabalhadores: o dia-a-dia das representações" in Anais do Seminário Padrões Tecnológicos e Política de Gestão: Comparações Internacionais, maio-agosto, 1989, CODAC, USP.
- Souza-Lobo, Elisabeth e Soares, Vera (1986). "Masculino e feminino na linha de montagem", ANPOCS, 1985, GT, "Processo de trabalho e reivindicações sociais". In Anais do Seminário de Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências, UFCE/FTNEP/ANPOCS/CNPq, vol. II.
- Spindel, Cheiwa (1983). "O uso do trabalho da mulher na indústria do vestuário", in Carmem Barroso e Albertina Oliveira Costa (orgs.), Mulher, Mulheres. São Paulo, Cortez-Carlos Chagas.

Varikas, Eleni (1990). Quelques reflexions en vrac à propôs de l'usage de genre. Rapports sociaux de sexe et division sexuelle du travail, Paris, Gedisst, lournée d'Études, junho.

Zarifian, Philippe (1990). "As novas abordagens da produtividade", in Rosa Sales de Melo Soares, Gestão da empresa – automação e competitividade, Brasília, IPEA/IPLAN.



MOVIMENTOS SOCIAIS
DE MULHERES.
IGUALDADE E DIFERENÇA